



Moção

“19ª Conferência das Partes (COP 19) – A urgência do combate às Alterações Climáticas”

O fenómeno das alterações climáticas é global, e tende a agravar-se como todos podemos constatar pelas catástrofes naturais que têm vindo a ser cada vez mais frequentes e devastadoras, como o foi o caso mais recente do tufão que assolou o território das Filipinas. Foi um dos mais fortes de que há registo, vitimou cerca de 5.209 pessoas, e deixou para trás um território completamente destruído. Outros fenómenos climáticos extremos como cheias e secas, também têm representado custos humanos e materiais elevados, em países com recursos financeiros escassos, enquanto a economia global continua a enfrentar uma crise de grandes proporções.

É cada vez mais urgente compreender como o Ambiente é estruturante, constituindo o palco principal onde a economia funciona e se desenvolve. Não é possível ultrapassar a actual crise num planeta cada vez mais depauperado, com a população em contínuo crescimento, quando a produção alimentar e as necessidades energéticas estão directamente relacionadas com o clima, os solos, a água, e dependente desse delicado equilíbrio.

A 19ª Conferência das Partes (COP 19) da Convenção das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas decorreu em Varsóvia de 11 a 23 de Novembro, tendo definido, como objectivo, preparar uma nova tentativa de acordo global a alcançar na reunião que terá lugar em Paris, em 2015. A partir de um conjunto de decisões tomadas em 2011, na COP17, em Durban, na África do Sul, os países presentes reafirmaram a sua vontade em ultrapassar o problema das alterações climáticas. Estas decisões foram reafirmadas no ano passado na COP18, em Doha, Qatar. Contudo, estas resoluções ainda estão para passar à acção, pois as emissões globais de gases de efeito de estufa continuam a empurrar o mundo para um aumento de temperatura de 4 graus Celsius até ao final deste século, em relação aos níveis de temperatura pré-industrial.

Em Varsóvia, mais uma vez se verificou que a falta de vontade política permanece como o maior obstáculo ao processo de negociações no quadro da Convenção das Nações Unidas para as Alterações Climáticas. É cada vez mais urgente que cada país enfrente a realidade das alterações climáticas, que demonstre liderança e, acima de tudo, vontade política para com os restantes países tentarem mudar o rumo actual do clima global. Em 2015 será necessário um acordo climático global, realizando-se até lá apenas mais duas reuniões entre as partes, sendo que o tempo começa a ser escasso, com todo o caminho difícil a percorrer até 2015, para atingir uma meta de redução de 20% das emissões na UE até 2020, em relação a 1990, meta praticamente atingida à custa da crise económica global e não de políticas activas de mitigação.

Mais uma vez, Portugal ficou classificado em 6º lugar (os três primeiros não foram atribuídos), no índice de performance climática dos países industrializados, quanto ao desempenho em relação às alterações climáticas, o que efectivamente está longe de ser o

1/3

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA

Partido Ecologista «Os Verdes»

Proc. _____/_____

Assembleia Municipal de Lisboa, Av. de Roma, nº 14, P 3 - 1000-265 Lisboa

Tel: 218 170 426 - Fax: 218 170 427 - E-mail: aml.osverdes@cm-lisboa.ptBlogue AML: <http://pev.am-lisboa.pt> - Blogue Lisboa: <http://osverdesemlisboa.blogspot.pt>

DATA 25/11/13 (10,30h)

ENT 2504/SG/DAOSM/GAAM/13

bom resultado que parece, pois pode indiciar à primeira vista que Portugal implementou com sucesso políticas e iniciativas de combate às alterações climáticas, nomeadamente, medidas de redução das emissões de dióxido de carbono e a nível energético, o que não corresponde de facto a essa realidade.

Realizando uma leitura mais profunda, pode-se verificar que este resultado é fundamentalmente obtido à custa da inactividade produtiva oriunda da crise e não da implementação de políticas alternativas de combate às alterações climáticas, tanto a nível energético como a outros níveis, que conduzam a uma redução eficiente das emissões de gases com efeito de estufa.

A este resultado atribuído a Portugal pesa ainda “favoravelmente” a ponderação dada às energias renováveis, que considera a grande hídrica, e nomeadamente o Programa Nacional de Barragens, cujos impactos ambientais são enormes e no qual não foi feita uma correcta e clara avaliação das suas implicações sobre as alterações climáticas. A leitura atenta dos resultados desta avaliação permite ainda verificar que, no que diz respeito à eficiência energética, que deveria ser um dos primeiros objectivos de investimento do país, os resultados deixam muito a desejar.

Não devemos, portanto, ficar satisfeitos com este resultado obtido por Portugal na referida avaliação, pois claramente se conclui que, fruto da gravidade da crise que o nosso país atravessa e da destruição total da produção nacional, as políticas nacionais tomadas ao nível energético estão longe de ir pelos caminhos que tragam mais e melhores resultados ambientais no quadro de um desenvolvimento sustentável do país.

Considerando que a crise ambiental global, da qual as alterações climáticas são um importante indicador, vem demonstrar que os modelos de produção e de consumo insustentáveis da sociedade devem ser alterados e que é urgente uma mudança de paradigma que garanta a implementação de um modelo sustentável global e justo, a nível ambiental, social e económico.

Considerando que os problemas do clima mundial só poderão ser resolvidos globalmente, assentes em compromissos, e alicerçados na vontade política dos diferentes Estados, no alcance de um objectivo comum, o do combate às alterações climáticas.

Considerando que a conferência em Varsóvia surge imediatamente após a divulgação da primeira parte do 5º relatório do Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas e que as previsões feitas por estudos portugueses, quanto aos impactos previstos para a região em que Portugal se insere (Mediterrâneo e Europa do Sul), e também presentes no referido relatório, apontam para que a subida do nível do mar é a principal preocupação para o nosso país.

Considerando que mais uma vez nos é apresentado um Orçamento de Estado que relega claramente as funções do Estado no que respeita à área do Ambiente, nomeadamente a obrigação da preservação e valorização do património ambiental, para

um patamar de indignidade, tomando apenas como supremo interesse do país os interesses dos grandes grupos financeiros e económicos.

Considerando por fim que, a cidade de Lisboa, inserida na Área Metropolitana tem a sua cota parte de responsabilidade, no combate às alterações climáticas, nomeadamente através da promoção e incentivo ao uso do transporte público, implementação de medidas de aumento da eficiência energética, criação de espaços verdes, entre outras.

Neste sentido, a Assembleia Municipal de Lisboa delibera, na sequência da presente proposta dos eleitos do **Partido Ecologista «Os Verdes»**, recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que:

1 - Promova um plano local de acção para as alterações climáticas a nível municipal;

2 - Defenda, promova e incentive o uso de transporte público e colectivo em detrimento do transporte individual;

3 - Adopte, em todos os edifícios municipais, medidas no sentido da redução de desperdícios, de poupança e de eficiência energética;

3 - Coopere com os restantes municípios da Área Metropolitana na aplicação de medidas conducentes ao combate às alterações climáticas, na adopção de campanhas de sensibilização, bem como para a necessidade de se adoptar um plano regional de acção para as alterações climáticas a nível metropolitano;

Mais delibera a Assembleia Municipal de Lisboa:

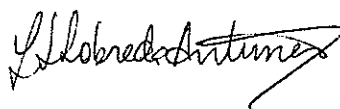
- Dar conhecimento da presente deliberação à CML e aos restantes Municípios da Área Metropolitana de Lisboa.

Assembleia Municipal de Lisboa, 26 de Novembro de 2013

O Grupo Municipal do **Partido Ecologista «Os Verdes»**



Cláudia Madeira



J. L. Sobreda Antunes

Município	Superfície (km²)	População (2011)	Densidade populacional (hab/km²)	Freguesias	Subregião
✓ Alcochete	128,50	17 569	137	3	Península de Setúbal
✓ Almada	70,20	174 030	2 479	11	Península de Setúbal
✓ Amadora	23,77	175 135	7 368	11	Grande Lisboa
✓ Barreiro	33,81	78 764	2 330	8	Península de Setúbal
✓ Cascais	99,07	206 429	2 084	6	Grande Lisboa
✓ Lisboa	83,84	547 631	6 532	53	Grande Lisboa
✓ Loures	160,37	205 054	1 279	18	Grande Lisboa
✓ Mafra	291,42	76 685	263	17	Grande Lisboa
✓ Moita	55,08	66 029	1 199	6	Península de Setúbal
✓ Montijo	348,09	51 222	147	8	Península de Setúbal
✓ Odivelas	26,14	144 549	5 530	7	Grande Lisboa
✓ Oeiras	45,84	172 120	3 755	10	Grande Lisboa
✓ Palmela	462,87	62 805	136	5	Península de Setúbal
✓ Seixal	93,58	158 269	1 691	6	Península de Setúbal
✓ Sesimbra	195,01	49 500	254	3	Península de Setúbal
✓ Setúbal	170,57	121 185	711	8	Península de Setúbal
✓ Sintra	316,06	377 835	1 196	20	Grande Lisboa
✓ Vila Franca de Xira	317,68	136 886	431	11	Grande Lisboa
Total	2 921,90	2 821 697	966	211	

Fonte: <http://www.aml.pt>

De acordo com a lei nº 45/2008 de 27 de Agosto, das áreas metropolitanas criadas em 2003 só subsistiram as chamadas clássicas: Área Metropolitana do Porto e Área Metropolitana de Lisboa, sendo as restantes reorganizadas em Comunidades Intermunicipais.

Áreas Urbanas de Portugal

Áreas Metropolitanas (AM)



Exmº Senhor
Dr. Sá Fernandes
M.I. Vereador da Câmara Municipal de
Lisboa

Sua referência

Sua data

Nossa referência
OF/1427/AML/13

Data
10-12-2013

Assunto: Sessão Assembleia Municipal de Lisboa de 26-11-2013 - Moção nº 14

Levo ao conhecimento de Vª Exª, que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua sessão de 26 de Novembro, aprovou por unanimidade uma Moção apresentada pelo Grupo Municipal do PEV, que abaixo se transcreve

“19ª Conferência das Partes (COP 19) – A urgência do combate às Alterações Climáticas”

O fenómeno das alterações climáticas é global, e tende a agravar-se como todos podemos constatar pelas catástrofes naturais que têm vindo a ser cada vez mais frequentes e devastadoras, como o foi o caso mais recente do tufão que assolou o território das Filipinas. Foi um dos mais fortes de que há registo, vitimou cerca de 5.209 pessoas, e deixou para trás um território completamente destruído. Outros fenómenos climáticos extremos como cheias e secas, também têm representado custos humanos e materiais elevados, em países com recursos financeiros escassos, enquanto a economia global continua a enfrentar uma crise de grandes proporções.

É cada vez mais urgente compreender como o Ambiente é estruturante, constituindo o palco principal onde a economia funciona e se desenvolve. Não é possível ultrapassar a actual crise num planeta cada vez mais depauperado, com a população em contínuo crescimento, quando a produção alimentar e as necessidades energéticas estão directamente relacionadas com o clima, os solos, a água, e dependente desse delicado equilíbrio.

A 19ª Conferência das Partes (COP 19) da Convenção das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas decorreu em Varsóvia de 11 a 23 de Novembro, tendo definido, como objectivo, preparar uma nova tentativa de acordo global a alcançar na reunião que terá lugar em Paris, em 2015. A partir de um conjunto de decisões tomadas em 2011, na COP17, em Durban, na África do Sul, os países presentes reafirmaram a sua vontade em ultrapassar o problema das alterações climáticas. Estas decisões foram reafirmadas no ano passado na COP18, em Doha, Qatar. Contudo, estas resoluções ainda estão para passar à acção, pois as emissões globais de gases de efeito de estufa continuam a empurrar o mundo para um aumento de temperatura de 4 graus Celsius até ao final deste século, em relação aos níveis de temperatura pré-industrial.

Em Varsóvia, mais uma vez se verificou que a falta de vontade política permanece como o maior obstáculo ao processo de negociações no quadro da Convenção das Nações Unidas para as Alterações Climáticas. É cada vez mais urgente que cada país enfrente a realidade das alterações

climáticas, que demonstre liderança e, acima de tudo, vontade política para com os restantes países tentarem mudar o rumo actual do clima global. Em 2015 será necessário um acordo climático global, realizando-se até lá apenas mais duas reuniões entre as partes, sendo que o tempo começa a ser escasso, com todo o caminho difícil a percorrer até 2015, para atingir uma meta de redução de 20% das emissões na UE até 2020, em relação a 1990, meta praticamente atingida à custa da crise económica global e não de políticas activas de mitigação.

Mais uma vez, Portugal ficou classificado em 6º lugar (os três primeiros não foram atribuídos), no índice de performance climática dos países industrializados, quanto ao desempenho em relação às alterações climáticas, o que efectivamente está longe de ser o bom resultado que parece, pois pode indiciar à primeira vista que Portugal implementou com sucesso políticas e iniciativas de combate às alterações climáticas, nomeadamente, medidas de redução das emissões de dióxido de carbono e a nível energético, o que não corresponde de facto a essa realidade.

Realizando uma leitura mais profunda, pode-se verificar que este resultado é fundamentalmente obtido à custa da inactividade produtiva oriunda da crise e não da implementação de políticas alternativas de combate às alterações climáticas, tanto a nível energético como a outros níveis, que conduzam a uma redução eficiente das emissões de gases com efeito de estufa.

A este resultado atribuído a Portugal pesa ainda “favoravelmente” a ponderação dada às energias renováveis, que considera a grande hídrica, e nomeadamente o Programa Nacional de Barragens, cujos impactos ambientais são enormes e no qual não foi feita uma correcta e clara avaliação das suas implicações sobre as alterações climáticas. A leitura atenta dos resultados desta avaliação permite ainda verificar que, no que diz respeito à eficiência energética, que deveria ser um dos primeiros objectivos de investimento do país, os resultados deixam muito a desejar.

Não devemos, portanto, ficar satisfeitos com este resultado obtido por Portugal na referida avaliação, pois claramente se conclui que, fruto da gravidade da crise que o nosso país atravessa e da destruição total da produção nacional, as políticas nacionais tomadas ao nível energético estão longe de ir pelos caminhos que tragam mais e melhores resultados ambientais no quadro de um desenvolvimento sustentável do país.

Considerando que a crise ambiental global, da qual as alterações climáticas são um importante indicador, vem demonstrar que os modelos de produção e de consumo insustentáveis da sociedade devem ser alterados e que é urgente uma mudança de paradigma que garanta a implementação de um modelo sustentável global e justo, a nível ambiental, social e económico.

Considerando que os problemas do clima mundial só poderão ser resolvidos globalmente, assentes em compromissos, e alicerçados na vontade política dos diferentes Estados, no alcance de um objectivo comum, o do combate às alterações climáticas.

Considerando que a conferência em Varsóvia surge imediatamente após a divulgação da primeira parte do 5º relatório do Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas e que as previsões feitas por estudos portugueses, quanto aos impactos previstos para a região em que Portugal se insere (Mediterrâneo e Europa do Sul), e também presentes no referido relatório, apontam para que a subida do nível do mar é a principal preocupação para o nosso país.

Considerando que mais uma vez nos é apresentado um Orçamento de Estado que relega claramente as funções do Estado no que respeita à área do Ambiente, nomeadamente a obrigação da preservação

e valorização do património ambiental, para um patamar de indignidade, tomando apenas como supremo interesse do país os interesses dos grandes grupos financeiros e económicos.

Considerando por fim que, a cidade de Lisboa, inserida na Área Metropolitana tem a sua cota parte de responsabilidade, no combate às alterações climáticas, nomeadamente através da promoção e incentivo ao uso do transporte público, implementação de medidas de aumento da eficiência energética, criação de espaços verdes, entre outras.

*Neste sentido, a Assembleia Municipal de Lisboa delibera, na sequência da presente proposta dos eleitos do **Partido Ecologista «Os Verdes»**, recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que:*

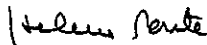
- 1 - Promova um plano local de acção para as alterações climáticas a nível municipal;*
- 2 - Defenda, promova e incentive o uso de transporte público e colectivo em detrimento do transporte individual;*
- 3 - Adopte, em todos os edifícios municipais, medidas no sentido da redução de desperdícios, de poupança e de eficiência energética;*
- 3 - Coopere com os restantes municípios da Área Metropolitana na aplicação de medidas conducentes ao combate às alterações climáticas, na adopção de campanhas de sensibilização, bem como para a necessidade de se adoptar um plano regional de acção para as alterações climáticas a nível metropolitano;*

Mais delibera a Assembleia Municipal de Lisboa:

- Dar conhecimento da presente deliberação à CML e aos restantes Municípios da Área Metropolitana de Lisboa.*

Com os melhores cumprimentos,

A Presidente



Helena Roseta

CV

Exmº Senhor
Arqtº Alberto Mesquita
M.I. Presidente da Câmara Municipal de
Vila Franca de Xira
Praça Afonso de Albuquerque 2,
2600-093 Vila Franca de Xira

Sua referência

Sua data

Nossa referência

OF/1426/AML/13

Data

10-12-2013

Assunto: Sessão Assembleia Municipal de Lisboa de 26-11-2013 - Moção nº 14

Levo ao conhecimento de Vª Exª, que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua sessão de 26 de Novembro, aprovou por unanimidade uma Moção apresentada pelo Grupo Municipal do PEV, que abaixo se transcreve

“19ª Conferência das Partes (COP 19) – A urgência do combate às Alterações Climáticas”

O fenómeno das alterações climáticas é global, e tende a agravar-se como todos podemos constatar pelas catástrofes naturais que têm vindo a ser cada vez mais frequentes e devastadoras, como o foi o caso mais recente do tufão que assolou o território das Filipinas. Foi um dos mais fortes de que há registo, vitimou cerca de 5.209 pessoas, e deixou para trás um território completamente destruído. Outros fenómenos climáticos extremos como cheias e secas, também têm representado custos humanos e materiais elevados, em países com recursos financeiros escassos, enquanto a economia global continua a enfrentar uma crise de grandes proporções.

É cada vez mais urgente compreender como o Ambiente é estruturante, constituindo o palco principal onde a economia funciona e se desenvolve. Não é possível ultrapassar a actual crise num planeta cada vez mais depauperado, com a população em contínuo crescimento, quando a produção alimentar e as necessidades energéticas estão directamente relacionadas com o clima, os solos, a água, e dependente desse delicado equilíbrio.

A 19ª Conferência das Partes (COP 19) da Convenção das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas decorreu em Varsóvia de 11 a 23 de Novembro, tendo definido, como objectivo, preparar uma nova tentativa de acordo global a alcançar na reunião que terá lugar em Paris, em 2015. A partir de um conjunto de decisões tomadas em 2011, na COP17, em Durban, na África do Sul, os países presentes reafirmaram a sua vontade em ultrapassar o problema das alterações climáticas. Estas decisões foram reafirmadas no ano passado na COP18, em Doha, Qatar. Contudo, estas resoluções ainda estão para passar à acção, pois as emissões globais de gases de efeito de estufa continuam a empurrar o mundo para um aumento de temperatura de 4 graus Celsius até ao final deste século, em relação aos níveis de temperatura pré-industrial.

Em Varsóvia, mais uma vez se verificou que a falta de vontade política permanece como o maior obstáculo ao processo de negociações no quadro da Convenção das Nações Unidas para as

Alterações Climáticas. É cada vez mais urgente que cada país enfrente a realidade das alterações climáticas, que demonstre liderança e, acima de tudo, vontade política para com os restantes países tentarem mudar o rumo actual do clima global. Em 2015 será necessário um acordo climático global, realizando-se até lá apenas mais duas reuniões entre as partes, sendo que o tempo começa a ser escasso, com todo o caminho difícil a percorrer até 2015, para atingir uma meta de redução de 20% das emissões na UE até 2020, em relação a 1990, meta praticamente atingida à custa da crise económica global e não de políticas activas de mitigação.

Mais uma vez, Portugal ficou classificado em 6º lugar (os três primeiros não foram atribuídos), no índice de performance climática dos países industrializados, quanto ao desempenho em relação às alterações climáticas, o que efectivamente está longe de ser o bom resultado que parece, pois pode indiciar à primeira vista que Portugal implementou com sucesso políticas e iniciativas de combate às alterações climáticas, nomeadamente, medidas de redução das emissões de dióxido de carbono e a nível energético, o que não corresponde de facto a essa realidade.

Realizando uma leitura mais profunda, pode-se verificar que este resultado é fundamentalmente obtido à custa da inactividade produtiva oriunda da crise e não da implementação de políticas alternativas de combate às alterações climáticas, tanto a nível energético como a outros níveis, que conduzam a uma redução eficiente das emissões de gases com efeito de estufa.

A este resultado atribuído a Portugal pesa ainda “favoravelmente” a ponderação dada às energias renováveis, que considera a grande hídrica, e nomeadamente o Programa Nacional de Barragens, cujos impactos ambientais são enormes e no qual não foi feita uma correcta e clara avaliação das suas implicações sobre as alterações climáticas. A leitura atenta dos resultados desta avaliação permite ainda verificar que, no que diz respeito à eficiência energética, que deveria ser um dos primeiros objectivos de investimento do país, os resultados deixam muito a desejar.

Não devemos, portanto, ficar satisfeitos com este resultado obtido por Portugal na referida avaliação, pois claramente se conclui que, fruto da gravidade da crise que o nosso país atravessa e da destruição total da produção nacional, as políticas nacionais tomadas ao nível energético estão longe de ir pelos caminhos que tragam mais e melhores resultados ambientais no quadro de um desenvolvimento sustentável do país.

Considerando que a crise ambiental global, da qual as alterações climáticas são um importante indicador, vem demonstrar que os modelos de produção e de consumo insustentáveis da sociedade devem ser alterados e que é urgente uma mudança de paradigma que garanta a implementação de um modelo sustentável global e justo, a nível ambiental, social e económico.

Considerando que os problemas do clima mundial só poderão ser resolvidos globalmente, assentes em compromissos, e alicerçados na vontade política dos diferentes Estados, no alcance de um objectivo comum, o do combate às alterações climáticas.

Considerando que a conferência em Varsóvia surge imediatamente após a divulgação da primeira parte do 5º relatório do Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas e que as previsões feitas por estudos portugueses, quanto aos impactos previstos para a região em que Portugal se insere (Mediterrâneo e Europa do Sul), e também presentes no referido relatório, apontam para que a subida do nível do mar é a principal preocupação para o nosso país.

Considerando que mais uma vez nos é apresentado um Orçamento de Estado que relega claramente as funções do Estado no que respeita à área do Ambiente, nomeadamente a obrigação da preservação e valorização do património ambiental, para um patamar de indignidade, tomando apenas como supremo interesse do país os interesses dos grandes grupos financeiros e económicos.

Considerando por fim que, a cidade de Lisboa, inserida na Área Metropolitana tem a sua cota parte de responsabilidade, no combate às alterações climáticas, nomeadamente através da promoção e incentivo ao uso do transporte público, implementação de medidas de aumento da eficiência energética, criação de espaços verdes, entre outras.

*Neste sentido, a Assembleia Municipal de Lisboa delibera, na sequência da presente proposta dos eleitos do **Partido Ecologista «Os Verdes»**, recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que:*

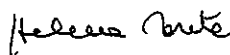
- 1 - Promova um plano local de acção para as alterações climáticas a nível municipal;*
- 2 - Defenda, promova e incentive o uso de transporte público e colectivo em detrimento do transporte individual;*
- 3 - Adapte, em todos os edifícios municipais, medidas no sentido da redução de desperdícios, de poupança e de eficiência energética;*
- 3 - Coopere com os restantes municípios da Área Metropolitana na aplicação de medidas conducentes ao combate às alterações climáticas, na adopção de campanhas de sensibilização, bem como para a necessidade de se adoptar um plano regional de acção para as alterações climáticas a nível metropolitano;*

Mais delibera a Assembleia Municipal de Lisboa:

- Dar conhecimento da presente deliberação à CML e aos restantes Municípios da Área Metropolitana de Lisboa.*

Com os melhores cumprimentos,

A Presidente



Helena Roseta

CV

Exmº Senhor
Dr. Basílio Adolfo de Mendonça Horta da
Franca
M.I. Presidente da Câmara Municipal de
Sintra
Largo Doutor Virgílio Horta,
2714-501 Sintra

Sua referência

Sua data

Nossa referência
OF/1425/AML/13

Data
10-12-2013

Assunto: Sessão Assembleia Municipal de Lisboa de 26-11-2013 - Moção nº 14

Levo ao conhecimento de Vª Exª, que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua sessão de 26 de Novembro, aprovou por unanimidade uma Moção apresentada pelo Grupo Municipal do PEV, que abaixo se transcreve

“19ª Conferência das Partes (COP 19) – A urgência do combate às Alterações Climáticas”

O fenómeno das alterações climáticas é global, e tende a agravar-se como todos podemos constatar pelas catástrofes naturais que têm vindo a ser cada vez mais frequentes e devastadoras, como o foi o caso mais recente do tufão que assolou o território das Filipinas. Foi um dos mais fortes de que há registo, vitimou cerca de 5.209 pessoas, e deixou para trás um território completamente destruído. Outros fenómenos climáticos extremos como cheias e secas, também têm representado custos humanos e materiais elevados, em países com recursos financeiros escassos, enquanto a economia global continua a enfrentar uma crise de grandes proporções.

É cada vez mais urgente compreender como o Ambiente é estruturante, constituindo o palco principal onde a economia funciona e se desenvolve. Não é possível ultrapassar a actual crise num planeta cada vez mais depauperado, com a população em contínuo crescimento, quando a produção alimentar e as necessidades energéticas estão directamente relacionadas com o clima, os solos, a água, e dependente desse delicado equilíbrio.

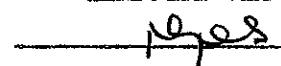
A 19ª Conferência das Partes (COP 19) da Convenção das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas decorreu em Varsóvia de 11 a 23 de Novembro, tendo definido, como objectivo, preparar uma nova tentativa de acordo global a alcançar na reunião que terá lugar em Paris, em 2015. A partir de um conjunto de decisões tomadas em 2011, na COP17, em Durban, na África do Sul, os países presentes reafirmaram a sua vontade em ultrapassar o problema das alterações climáticas. Estas decisões foram reafirmadas no ano passado na COP18, em Doha, Qatar. Contudo, estas resoluções ainda estão para passar à acção, pois as emissões globais de gases de efeito de estufa continuam a empurrar o mundo para um aumento de temperatura de 4 graus Celsius até ao final deste século, em relação aos níveis de temperatura pré-industrial.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA

Proc. _____/_____

ENT 21 /SG/DAOSM/GAAM/ 14

DATA 02/01/2014



Em Varsóvia, mais uma vez se verificou que a falta de vontade política permanece como o maior obstáculo ao processo de negociações no quadro da Convenção das Nações Unidas para as Alterações Climáticas. É cada vez mais urgente que cada país enfrente a realidade das alterações climáticas, que demonstre liderança e, acima de tudo, vontade política para com os restantes países tentarem mudar o rumo actual do clima global. Em 2015 será necessário um acordo climático global, realizando-se até lá apenas mais duas reuniões entre as partes, sendo que o tempo começa a ser escasso, com todo o caminho difícil a percorrer até 2015, para atingir uma meta de redução de 20% das emissões na UE até 2020, em relação a 1990, meta praticamente atingida à custa da crise económica global e não de políticas activas de mitigação.

Mais uma vez, Portugal ficou classificado em 6º lugar (os três primeiros não foram atribuídos), no índice de performance climática dos países industrializados, quanto ao desempenho em relação às alterações climáticas, o que efectivamente está longe de ser o bom resultado que parece, pois pode indiciar à primeira vista que Portugal implementou com sucesso políticas e iniciativas de combate às alterações climáticas, nomeadamente, medidas de redução das emissões de dióxido de carbono e a nível energético, o que não corresponde de facto a essa realidade.

Realizando uma leitura mais profunda, pode-se verificar que este resultado é fundamentalmente obtido à custa da inactividade produtiva oriunda da crise e não da implementação de políticas alternativas de combate às alterações climáticas, tanto a nível energético como a outros níveis, que conduzam a uma redução eficiente das emissões de gases com efeito de estufa.

A este resultado atribuído a Portugal pesa ainda “favoravelmente” a ponderação dada às energias renováveis, que considera a grande hídrica, e nomeadamente o Programa Nacional de Barragens, cujos impactos ambientais são enormes e no qual não foi feita uma correcta e clara avaliação das suas implicações sobre as alterações climáticas. A leitura atenta dos resultados desta avaliação permite ainda verificar que, no que diz respeito à eficiência energética, que deveria ser um dos primeiros objectivos de investimento do país, os resultados deixam muito a desejar.

Não devemos, portanto, ficar satisfeitos com este resultado obtido por Portugal na referida avaliação, pois claramente se conclui que, fruto da gravidade da crise que o nosso país atravessa e da destruição total da produção nacional, as políticas nacionais tomadas ao nível energético estão longe de ir pelos caminhos que tragam mais e melhores resultados ambientais no quadro de um desenvolvimento sustentável do país.

Considerando que a crise ambiental global, da qual as alterações climáticas são um importante indicador, vem demonstrar que os modelos de produção e de consumo insustentáveis da sociedade devem ser alterados e que é urgente uma mudança de paradigma que garanta a implementação de um modelo sustentável global e justo, a nível ambiental, social e económico.

Considerando que os problemas do clima mundial só poderão ser resolvidos globalmente, assentes em compromissos, e alicerçados na vontade política dos diferentes Estados, no alcance de um objectivo comum, o do combate às alterações climáticas.

Considerando que a conferência em Varsóvia surge imediatamente após a divulgação da primeira parte do 5º relatório do Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas e que as previsões feitas por estudos portugueses, quanto aos impactos previstos para a região em que Portugal se insere (Mediterrâneo e Europa do Sul), e também presentes no referido relatório, apontam para que a subida do nível do mar é a principal preocupação para o nosso país.

Considerando que mais uma vez nos é apresentado um Orçamento de Estado que relega claramente as funções do Estado no que respeita à área do Ambiente, nomeadamente a obrigação da preservação e valorização do património ambiental, para um patamar de indignidade, tomando apenas como supremo interesse do país os interesses dos grandes grupos financeiros e económicos.

Considerando por fim que, a cidade de Lisboa, inserida na Área Metropolitana tem a sua cota parte de responsabilidade, no combate às alterações climáticas, nomeadamente através da promoção e incentivo ao uso do transporte público, implementação de medidas de aumento da eficiência energética, criação de espaços verdes, entre outras.

*Neste sentido, a Assembleia Municipal de Lisboa delibera, na sequência da presente proposta dos eleitos do **Partido Ecologista «Os Verdes»**, recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que:*

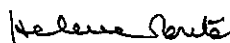
- 1 - Promova um plano local de acção para as alterações climáticas a nível municipal;*
- 2 - Defenda, promova e incentive o uso de transporte público e colectivo em detrimento do transporte individual;*
- 3 - Adapte, em todos os edifícios municipais, medidas no sentido da redução de desperdícios, de poupança e de eficiência energética;*
- 3 - Coopere com os restantes municípios da Área Metropolitana na aplicação de medidas conducentes ao combate às alterações climáticas, na adopção de campanhas de sensibilização, bem como para a necessidade de se adoptar um plano regional de acção para as alterações climáticas a nível metropolitano;*

Mais delibera a Assembleia Municipal de Lisboa:

- Dar conhecimento da presente deliberação à CML e aos restantes Municípios da Área Metropolitana de Lisboa.*

Com os melhores cumprimentos,

A Presidente



Helena Roseta

CV

Exm^a Senhora
Drª Maria das Dores Marques Banheiro
Meira
M.I. Presidente da Câmara Municipal de
Setúbal
Praça de Bocage,
2901-866 Setúbal

Sua referência

Sua data

Nossa referência

OF/1424/AML/13

Data

10-12-2013

Assunto: Sessão Assembleia Municipal de Lisboa de 26-11-2013 - Moção nº 14

Levo ao conhecimento de V^a Exª, que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua sessão de 26 de Novembro, aprovou por unanimidade uma Moção apresentada pelo Grupo Municipal do PEV, que abaixo se transcreve

“19ª Conferência das Partes (COP 19) – A urgência do combate às Alterações Climáticas”

O fenómeno das alterações climáticas é global, e tende a agravar-se como todos podemos constatar pelas catástrofes naturais que têm vindo a ser cada vez mais frequentes e devastadoras, como o foi o caso mais recente do tufão que assolou o território das Filipinas. Foi um dos mais fortes de que há registo, vitimou cerca de 5.209 pessoas, e deixou para trás um território completamente destruído. Outros fenómenos climáticos extremos como cheias e secas, também têm representado custos humanos e materiais elevados, em países com recursos financeiros escassos, enquanto a economia global continua a enfrentar uma crise de grandes proporções.

É cada vez mais urgente compreender como o Ambiente é estruturante, constituindo o palco principal onde a economia funciona e se desenvolve. Não é possível ultrapassar a actual crise num planeta cada vez mais depauperado, com a população em contínuo crescimento, quando a produção alimentar e as necessidades energéticas estão directamente relacionadas com o clima, os solos, a água, e dependente desse delicado equilíbrio.

A 19ª Conferência das Partes (COP 19) da Convenção das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas decorreu em Varsóvia de 11 a 23 de Novembro, tendo definido, como objectivo, preparar uma nova tentativa de acordo global a alcançar na reunião que terá lugar em Paris, em 2015. A partir de um conjunto de decisões tomadas em 2011, na COP17, em Durban, na África do Sul, os países presentes reafirmaram a sua vontade em ultrapassar o problema das alterações climáticas. Estas decisões foram reafirmadas no ano passado na COP18, em Doha, Qatar. Contudo, estas resoluções ainda estão para passar à acção, pois as emissões globais de gases de efeito de estufa continuam a empurrar o mundo para um aumento de temperatura de 4 graus Celsius no final deste século, em relação aos níveis de temperatura pré-industrial.

PROC. _____

Em Varsóvia, mais uma vez se verificou que a falta de vontade política permanece como o maior obstáculo ao processo de negociações no quadro da Convenção das Nações Unidas para as Alterações Climáticas. É cada vez mais urgente que cada país enfrente a realidade das alterações climáticas, que demonstre liderança e, acima de tudo, vontade política para com os restantes países tentarem mudar o rumo actual do clima global. Em 2015 será necessário um acordo climático global, realizando-se até lá apenas mais duas reuniões entre as partes, sendo que o tempo começa a ser escasso, com todo o caminho difícil a percorrer até 2015, para atingir uma meta de redução de 20% das emissões na UE até 2020, em relação a 1990, meta praticamente atingida à custa da crise económica global e não de políticas activas de mitigação.

Mais uma vez, Portugal ficou classificado em 6º lugar (os três primeiros não foram atribuídos), no índice de performance climática dos países industrializados, quanto ao desempenho em relação às alterações climáticas, o que efectivamente está longe de ser o bom resultado que parece, pois pode indiciar à primeira vista que Portugal implementou com sucesso políticas e iniciativas de combate às alterações climáticas, nomeadamente, medidas de redução das emissões de dióxido de carbono e a nível energético, o que não corresponde de facto a essa realidade.

Realizando uma leitura mais profunda, pode-se verificar que este resultado é fundamentalmente obtido à custa da inactividade produtiva oriunda da crise e não da implementação de políticas alternativas de combate às alterações climáticas, tanto a nível energético como a outros níveis, que conduzam a uma redução eficiente das emissões de gases com efeito de estufa.

A este resultado atribuído a Portugal pesa ainda “favoravelmente” a ponderação dada às energias renováveis, que considera a grande hídrica, e nomeadamente o Programa Nacional de Barragens, cujos impactos ambientais são enormes e no qual não foi feita uma correcta e clara avaliação das suas implicações sobre as alterações climáticas. A leitura atenta dos resultados desta avaliação permite ainda verificar que, no que diz respeito à eficiência energética, que deveria ser um dos primeiros objectivos de investimento do país, os resultados deixam muito a desejar.

Não devemos, portanto, ficar satisfeitos com este resultado obtido por Portugal na referida avaliação, pois claramente se conclui que, fruto da gravidade da crise que o nosso país atravessa e da destruição total da produção nacional, as políticas nacionais tomadas ao nível energético estão longe de ir pelos caminhos que tragam mais e melhores resultados ambientais no quadro de um desenvolvimento sustentável do país.

Considerando que a crise ambiental global, da qual as alterações climáticas são um importante indicador, vem demonstrar que os modelos de produção e de consumo insustentáveis da sociedade devem ser alterados e que é urgente uma mudança de paradigma que garanta a implementação de um modelo sustentável global e justo, a nível ambiental, social e económico.

Considerando que os problemas do clima mundial só poderão ser resolvidos globalmente, assentes em compromissos, e alicerçados na vontade política dos diferentes Estados, no alcance de um objectivo comum, o do combate às alterações climáticas.

Considerando que a conferência em Varsóvia surge imediatamente após a divulgação da primeira parte do 5º relatório do Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas e que as previsões feitas por estudos portugueses, quanto aos impactos previstos para a região em que Portugal se insere (Mediterrâneo e Europa do Sul), e também presentes no referido relatório, apontam para que a subida do nível do mar é a principal preocupação para o nosso país.

Considerando que mais uma vez nos é apresentado um Orçamento de Estado que relega claramente as funções do Estado no que respeita à área do Ambiente, nomeadamente a obrigação da preservação e valorização do património ambiental, para um patamar de indignidade, tomando apenas como supremo interesse do país os interesses dos grandes grupos financeiros e económicos.

Considerando por fim que, a cidade de Lisboa, inserida na Área Metropolitana tem a sua cota parte de responsabilidade, no combate às alterações climáticas, nomeadamente através da promoção e incentivo ao uso do transporte público, implementação de medidas de aumento da eficiência energética, criação de espaços verdes, entre outras.

*Neste sentido, a Assembleia Municipal de Lisboa delibera, na sequência da presente proposta dos eleitos do **Partido Ecologista «Os Verdes»**, recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que:*

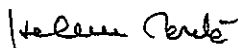
- 1 - Promova um plano local de acção para as alterações climáticas a nível municipal;*
- 2 - Defenda, promova e incentive o uso de transporte público e colectivo em detrimento do transporte individual;*
- 3 - Adopte, em todos os edifícios municipais, medidas no sentido da redução de desperdícios, de poupança e de eficiência energética;*
- 3 - Coopere com os restantes municípios da Área Metropolitana na aplicação de medidas conducentes ao combate às alterações climáticas, na adopção de campanhas de sensibilização, bem como para a necessidade de se adoptar um plano regional de acção para as alterações climáticas a nível metropolitano;*

Mais delibera a Assembleia Municipal de Lisboa:

- Dar conhecimento da presente deliberação à CML e aos restantes Municípios da Área Metropolitana de Lisboa.*

Com os melhores cumprimentos,

A Presidente



Helena Roseta

CV

Exmº Senhor
Dr. Augusto Pólvora
M.I. Presidente da Câmara Municipal de
Sesimbra
Rua da República 3,
2970-741 Sesimbra

Sua referência

Sua data

Nossa referência
OF/1423/AML/13

Data
10-12-2013

Assunto: Sessão Assembleia Municipal de Lisboa de 26-11-2013 - Moção nº 14

Levo ao conhecimento de Vª Exª, que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua sessão de 26 de Novembro, aprovou por unanimidade uma Moção apresentada pelo Grupo Municipal do PEV, que abaixo se transcreve

“19ª Conferência das Partes (COP 19) – A urgência do combate às Alterações Climáticas”

O fenómeno das alterações climáticas é global, e tende a agravar-se como todos podemos constatar pelas catástrofes naturais que têm vindo a ser cada vez mais frequentes e devastadoras, como o foi o caso mais recente do tufão que assolou o território das Filipinas. Foi um dos mais fortes de que há registo, vitimou cerca de 5.209 pessoas, e deixou para trás um território completamente destruído. Outros fenómenos climáticos extremos como cheias e secas, também têm representado custos humanos e materiais elevados, em países com recursos financeiros escassos, enquanto a economia global continua a enfrentar uma crise de grandes proporções.

É cada vez mais urgente compreender como o Ambiente é estruturante, constituindo o palco principal onde a economia funciona e se desenvolve. Não é possível ultrapassar a actual crise num planeta cada vez mais depauperado, com a população em contínuo crescimento, quando a produção alimentar e as necessidades energéticas estão directamente relacionadas com o clima, os solos, a água, e dependente desse delicado equilíbrio.

A 19ª Conferência das Partes (COP 19) da Convenção das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas decorreu em Varsóvia de 11 a 23 de Novembro, tendo definido, como objectivo, preparar uma nova tentativa de acordo global a alcançar na reunião que terá lugar em Paris, em 2015. A partir de um conjunto de decisões tomadas em 2011, na COP17, em Durban, na África do Sul, os países presentes reafirmaram a sua vontade em ultrapassar o problema das alterações climáticas. Estas decisões foram reafirmadas no ano passado na COP18, em Doha, Qatar. Contudo, estas resoluções ainda estão para passar à acção, pois as emissões globais de gases de efeito de estufa continuam a empurrar o mundo para um aumento de temperatura de 4 graus Celsius até ao final deste século, em relação aos níveis de temperatura pré-industrial.

Em Varsóvia, mais uma vez se verificou que a falta de vontade política permanece como o maior obstáculo ao processo de negociações no quadro da Convenção das Nações Unidas para as

Alterações Climáticas. É cada vez mais urgente que cada país enfrente a realidade das alterações climáticas, que demonstre liderança e, acima de tudo, vontade política para com os restantes países tentarem mudar o rumo actual do clima global. Em 2015 será necessário um acordo climático global, realizando-se até lá apenas mais duas reuniões entre as partes, sendo que o tempo começa a ser escasso, com todo o caminho difícil a percorrer até 2015, para atingir uma meta de redução de 20% das emissões na UE até 2020, em relação a 1990, meta praticamente atingida à custa da crise económica global e não de políticas activas de mitigação.

Mais uma vez, Portugal ficou classificado em 6º lugar (os três primeiros não foram atribuídos), no índice de performance climática dos países industrializados, quanto ao desempenho em relação às alterações climáticas, o que efectivamente está longe de ser o bom resultado que parece, pois pode indiciar à primeira vista que Portugal implementou com sucesso políticas e iniciativas de combate às alterações climáticas, nomeadamente, medidas de redução das emissões de dióxido de carbono e a nível energético, o que não corresponde de facto a essa realidade.

Realizando uma leitura mais profunda, pode-se verificar que este resultado é fundamentalmente obtido à custa da inactividade produtiva oriunda da crise e não da implementação de políticas alternativas de combate às alterações climáticas, tanto a nível energético como a outros níveis, que conduzam a uma redução eficiente das emissões de gases com efeito de estufa.

A este resultado atribuído a Portugal pesa ainda “favoravelmente” a ponderação dada às energias renováveis, que considera a grande hídrica, e nomeadamente o Programa Nacional de Barragens, cujos impactos ambientais são enormes e no qual não foi feita uma correcta e clara avaliação das suas implicações sobre as alterações climáticas. A leitura atenta dos resultados desta avaliação permite ainda verificar que, no que diz respeito à eficiência energética, que deveria ser um dos primeiros objectivos de investimento do país, os resultados deixam muito a desejar.

Não devemos, portanto, ficar satisfeitos com este resultado obtido por Portugal na referida avaliação, pois claramente se conclui que, fruto da gravidade da crise que o nosso país atravessa e da destruição total da produção nacional, as políticas nacionais tomadas ao nível energético estão longe de ir pelos caminhos que tragam mais e melhores resultados ambientais no quadro de um desenvolvimento sustentável do país.

Considerando que a crise ambiental global, da qual as alterações climáticas são um importante indicador, vem demonstrar que os modelos de produção e de consumo insustentáveis da sociedade devem ser alterados e que é urgente uma mudança de paradigma que garanta a implementação de um modelo sustentável global e justo, a nível ambiental, social e económico.

Considerando que os problemas do clima mundial só poderão ser resolvidos globalmente, assentes em compromissos, e alicerçados na vontade política dos diferentes Estados, no alcance de um objectivo comum, o do combate às alterações climáticas.

Considerando que a conferência em Varsóvia surge imediatamente após a divulgação da primeira parte do 5º relatório do Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas e que as previsões feitas por estudos portugueses, quanto aos impactos previstos para a região em que Portugal se insere (Mediterrâneo e Europa do Sul), e também presentes no referido relatório, apontam para que a subida do nível do mar é a principal preocupação para o nosso país.

Considerando que mais uma vez nos é apresentado um Orçamento de Estado que relega claramente as funções do Estado no que respeita à área do Ambiente, nomeadamente a obrigação da preservação e valorização do património ambiental, para um patamar de indignidade, tomando apenas como supremo interesse do país os interesses dos grandes grupos financeiros e económicos.

Considerando por fim que, a cidade de Lisboa, inserida na Área Metropolitana tem a sua cota parte de responsabilidade, no combate às alterações climáticas, nomeadamente através da promoção e incentivo ao uso do transporte público, implementação de medidas de aumento da eficiência energética, criação de espaços verdes, entre outras.

*Neste sentido, a Assembleia Municipal de Lisboa delibera, na sequência da presente proposta dos eleitos do **Partido Ecologista «Os Verdes»**, recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que:*

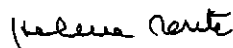
- 1 - Promova um plano local de acção para as alterações climáticas a nível municipal;*
- 2 - Defenda, promova e incentive o uso de transporte público e colectivo em detrimento do transporte individual;*
- 3 - Adopte, em todos os edifícios municipais, medidas no sentido da redução de desperdícios, de poupança e de eficiência energética;*
- 3 - Coopere com os restantes municípios da Área Metropolitana na aplicação de medidas conducentes ao combate às alterações climáticas, na adopção de campanhas de sensibilização, bem como para a necessidade de se adoptar um plano regional de acção para as alterações climáticas a nível metropolitano;*

Mais delibera a Assembleia Municipal de Lisboa:

- Dar conhecimento da presente deliberação à CML e aos restantes Municípios da Área Metropolitana de Lisboa.*

Com os melhores cumprimentos,

A Presidente



Helena Roseta

CV

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
LISBOA
P R E S I D E N T E

Exmº Senhor
Engº Joaquim Santos
M.I. Presidente da Câmara Municipal do
Seixal
Alameda dos Bombeiros Voluntários 45,
2844-001 Seixal

Sua referência

Sua data

Nossa referência
OF/1422/AML/13

Data
10-12-2013

Assunto: Sessão Assembleia Municipal de Lisboa de 26-11-2013 - Moção nº 14

Levo ao conhecimento de Vª Exª, que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua sessão de 26 de Novembro, aprovou por unanimidade uma Moção apresentada pelo Grupo Municipal do PEV, que abaixo se transcreve

“19ª Conferência das Partes (COP 19) – A urgência do combate às Alterações Climáticas”

O fenómeno das alterações climáticas é global, e tende a agravar-se como todos podemos constatar pelas catástrofes naturais que têm vindo a ser cada vez mais frequentes e devastadoras, como o foi o caso mais recente do tufão que assolou o território das Filipinas. Foi um dos mais fortes de que há registo, vitimou cerca de 5.209 pessoas, e deixou para trás um território completamente destruído. Outros fenómenos climáticos extremos como cheias e secas, também têm representado custos humanos e materiais elevados, em países com recursos financeiros escassos, enquanto a economia global continua a enfrentar uma crise de grandes proporções.

É cada vez mais urgente compreender como o Ambiente é estruturante, constituindo o palco principal onde a economia funciona e se desenvolve. Não é possível ultrapassar a actual crise num planeta cada vez mais depauperado, com a população em contínuo crescimento, quando a produção alimentar e as necessidades energéticas estão directamente relacionadas com o clima, os solos, a água, e dependente desse delicado equilíbrio.

A 19ª Conferência das Partes (COP 19) da Convenção das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas decorreu em Varsóvia de 11 a 23 de Novembro, tendo definido, como objectivo, preparar uma nova tentativa de acordo global a alcançar na reunião que terá lugar em Paris, em 2015. A partir de um conjunto de decisões tomadas em 2011, na COP17, em Durban, na África do Sul, os países presentes reafirmaram a sua vontade em ultrapassar o problema das alterações climáticas. Estas decisões foram reafirmadas no ano passado na COP18, em Doha, Qatar. Contudo, estas resoluções ainda estão para passar à acção, pois as emissões globais de gases de efeito de estufa continuam a empurrar o mundo para um aumento de temperatura de 4 graus Celsius até ao final deste século, em relação aos níveis de temperatura pré-industrial.

Em Varsóvia, mais uma vez se verificou que a falta de vontade política permanece como o maior obstáculo ao processo de negociações no quadro da Convenção das Nações Unidas para

Alterações Climáticas. É cada vez mais urgente que cada país enfrente a realidade das alterações climáticas, que demonstre liderança e, acima de tudo, vontade política para com os restantes países tentarem mudar o rumo actual do clima global. Em 2015 será necessário um acordo climático global, realizando-se até lá apenas mais duas reuniões entre as partes, sendo que o tempo começa a ser escasso, com todo o caminho difícil a percorrer até 2015, para atingir uma meta de redução de 20% das emissões na UE até 2020, em relação a 1990, meta praticamente atingida à custa da crise económica global e não de políticas activas de mitigação.

Mais uma vez, Portugal ficou classificado em 6º lugar (os três primeiros não foram atribuídos), no índice de performance climática dos países industrializados, quanto ao desempenho em relação às alterações climáticas, o que efectivamente está longe de ser o bom resultado que parece, pois pode indiciar à primeira vista que Portugal implementou com sucesso políticas e iniciativas de combate às alterações climáticas, nomeadamente, medidas de redução das emissões de dióxido de carbono e a nível energético, o que não corresponde de facto a essa realidade.

Realizando uma leitura mais profunda, pode-se verificar que este resultado é fundamentalmente obtido à custa da inactividade produtiva oriunda da crise e não da implementação de políticas alternativas de combate às alterações climáticas, tanto a nível energético como a outros níveis, que conduzam a uma redução eficiente das emissões de gases com efeito de estufa.

A este resultado atribuído a Portugal pesa ainda “favoravelmente” a ponderação dada às energias renováveis, que considera a grande hídrica, e nomeadamente o Programa Nacional de Barragens, cujos impactos ambientais são enormes e no qual não foi feita uma correcta e clara avaliação das suas implicações sobre as alterações climáticas. A leitura atenta dos resultados desta avaliação permite ainda verificar que, no que diz respeito à eficiência energética, que deveria ser um dos primeiros objectivos de investimento do país, os resultados deixam muito a desejar.

Não devemos, portanto, ficar satisfeitos com este resultado obtido por Portugal na referida avaliação, pois claramente se conclui que, fruto da gravidade da crise que o nosso país atravessa e da destruição total da produção nacional, as políticas nacionais tomadas ao nível energético estão longe de ir pelos caminhos que tragam mais e melhores resultados ambientais no quadro de um desenvolvimento sustentável do país.

Considerando que a crise ambiental global, da qual as alterações climáticas são um importante indicador, vem demonstrar que os modelos de produção e de consumo insustentáveis da sociedade devem ser alterados e que é urgente uma mudança de paradigma que garanta a implementação de um modelo sustentável global e justo, a nível ambiental, social e económico.

Considerando que os problemas do clima mundial só poderão ser resolvidos globalmente, assentes em compromissos, e alicerçados na vontade política dos diferentes Estados, no alcance de um objectivo comum, o do combate às alterações climáticas.

Considerando que a conferência em Varsóvia surge imediatamente após a divulgação da primeira parte do 5º relatório do Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas e que as previsões feitas por estudos portugueses, quanto aos impactos previstos para a região em que Portugal se insere (Mediterrâneo e Europa do Sul), e também presentes no referido relatório, apontam para que a subida do nível do mar é a principal preocupação para o nosso país.

Considerando que mais uma vez nos é apresentado um Orçamento de Estado que relega claramente as funções do Estado no que respeita à área do Ambiente, nomeadamente a obrigação da preservação e valorização do património ambiental, para um patamar de indignidade, tomando apenas como supremo interesse do país os interesses dos grandes grupos financeiros e económicos.

Considerando por fim que, a cidade de Lisboa, inserida na Área Metropolitana tem a sua cota parte de responsabilidade, no combate às alterações climáticas, nomeadamente através da promoção e incentivo ao uso do transporte público, implementação de medidas de aumento da eficiência energética, criação de espaços verdes, entre outras.

*Neste sentido, a Assembleia Municipal de Lisboa delibera, na sequência da presente proposta dos eleitos do **Partido Ecologista «Os Verdes»**, recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que:*

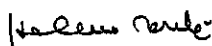
- 1 - Promova um plano local de acção para as alterações climáticas a nível municipal;*
- 2 - Defenda, promova e incentive o uso de transporte público e colectivo em detrimento do transporte individual;*
- 3 - Adapte, em todos os edifícios municipais, medidas no sentido da redução de desperdícios, de poupança e de eficiência energética;*
- 3 - Coopere com os restantes municípios da Área Metropolitana na aplicação de medidas conducentes ao combate às alterações climáticas, na adopção de campanhas de sensibilização, bem como para a necessidade de se adoptar um plano regional de acção para as alterações climáticas a nível metropolitano;*

Mais delibera a Assembleia Municipal de Lisboa:

- Dar conhecimento da presente deliberação à CML e aos restantes Municípios da Área Metropolitana de Lisboa.*

Com os melhores cumprimentos,

A Presidente



Helena Roseta

CV

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
LISBOA
PRESIDENTE

Exmº Senhor
Dr. Álvaro Manuel Balseiro Amaro
M.I. Presidente da Câmara Municipal de
Palmela
Largo do Município,
2954-001 Palmela

Sua referência

Sua data

Nossa referência
OF/1421/AML/13

Data
09-12-2013

Assunto: Sessão Assembleia Municipal de Lisboa de 26-11-2013 - Moção nº 14

Levo ao conhecimento de Vª Exª, que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua sessão de 26 de Novembro, aprovou por unanimidade uma Moção apresentada pelo Grupo Municipal do PEV, que abaixo se transcreve

“19ª Conferência das Partes (COP 19) – A urgência do combate às Alterações Climáticas”

O fenómeno das alterações climáticas é global, e tende a agravar-se como todos podemos constatar pelas catástrofes naturais que têm vindo a ser cada vez mais frequentes e devastadoras, como o foi o caso mais recente do tufão que assolou o território das Filipinas. Foi um dos mais fortes de que há registo, vitimou cerca de 5.209 pessoas, e deixou para trás um território completamente destruído. Outros fenómenos climáticos extremos como cheias e secas, também têm representado custos humanos e materiais elevados, em países com recursos financeiros escassos, enquanto a economia global continua a enfrentar uma crise de grandes proporções.

É cada vez mais urgente compreender como o Ambiente é estruturante, constituindo o palco principal onde a economia funciona e se desenvolve. Não é possível ultrapassar a actual crise num planeta cada vez mais depauperado, com a população em contínuo crescimento, quando a produção alimentar e as necessidades energéticas estão directamente relacionadas com o clima, os solos, a água, e dependente desse delicado equilíbrio.

A 19ª Conferência das Partes (COP 19) da Convenção das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas decorreu em Varsóvia de 11 a 23 de Novembro, tendo definido, como objectivo, preparar uma nova tentativa de acordo global a alcançar na reunião que terá lugar em Paris, em 2015. A partir de um conjunto de decisões tomadas em 2011, na COP17, em Durban, na África do Sul, os países presentes reafirmaram a sua vontade em ultrapassar o problema das alterações climáticas. Estas decisões foram reafirmadas no ano passado na COP18, em Doha, Qatar. Contudo, estas resoluções ainda estão para passar à acção, pois as emissões globais de gases de efeito de estufa continuam a empurrar o mundo para um aumento de temperatura de 4 graus Celsius até ao final deste século, em relação aos níveis de temperatura pré-industrial.

Em Varsóvia, mais uma vez se verificou que a falta de vontade política dos Estados-membros da Convenção das Nações Unidas para as Alterações Climáticas constitui um dos maiores obstáculos ao processo de negociações no quadro da Convenção das Nações Unidas para as Alterações Climáticas.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL
LISBOA

PRESIDENTE

Alterações Climáticas. É cada vez mais urgente que cada país enfrente a realidade das alterações climáticas, que demonstre liderança e, acima de tudo, vontade política para com os restantes países tentarem mudar o rumo actual do clima global. Em 2015 será necessário um acordo climático global, realizando-se até lá apenas mais duas reuniões entre as partes, sendo que o tempo começa a ser escasso, com todo o caminho difícil a percorrer até 2015, para atingir uma meta de redução de 20% das emissões na UE até 2020, em relação a 1990, meta praticamente atingida à custa da crise económica global e não de políticas activas de mitigação.

Mais uma vez, Portugal ficou classificado em 6º lugar (os três primeiros não foram atribuídos), no índice de performance climática dos países industrializados, quanto ao desempenho em relação às alterações climáticas, o que efectivamente está longe de ser o bom resultado que parece, pois pode indiciar à primeira vista que Portugal implementou com sucesso políticas e iniciativas de combate às alterações climáticas, nomeadamente, medidas de redução das emissões de dióxido de carbono e a nível energético, o que não corresponde de facto a essa realidade.

Realizando uma leitura mais profunda, pode-se verificar que este resultado é fundamentalmente obtido à custa da inactividade produtiva oriunda da crise e não da implementação de políticas alternativas de combate às alterações climáticas, tanto a nível energético como a outros níveis, que conduzam a uma redução eficiente das emissões de gases com efeito de estufa.

A este resultado atribuído a Portugal pesa ainda “favoravelmente” a ponderação dada às energias renováveis, que considera a grande hídrica, e nomeadamente o Programa Nacional de Barragens, cujos impactos ambientais são enormes e no qual não foi feita uma correcta e clara avaliação das suas implicações sobre as alterações climáticas. A leitura atenta dos resultados desta avaliação permite ainda verificar que, no que diz respeito à eficiência energética, que deveria ser um dos primeiros objectivos de investimento do país, os resultados deixam muito a desejar.

Não devemos, portanto, ficar satisfeitos com este resultado obtido por Portugal na referida avaliação, pois claramente se conclui que, fruto da gravidade da crise que o nosso país atravessa e da destruição total da produção nacional, as políticas nacionais tomadas ao nível energético estão longe de ir pelos caminhos que tragam mais e melhores resultados ambientais no quadro de um desenvolvimento sustentável do país.

Considerando que a crise ambiental global, da qual as alterações climáticas são um importante indicador, vem demonstrar que os modelos de produção e de consumo insustentáveis da sociedade devem ser alterados e que é urgente uma mudança de paradigma que garanta a implementação de um modelo sustentável global e justo, a nível ambiental, social e económico.

Considerando que os problemas do clima mundial só poderão ser resolvidos globalmente, assentes em compromissos, e alicerçados na vontade política dos diferentes Estados, no alcance de um objectivo comum, o do combate às alterações climáticas.

Considerando que a conferência em Varsóvia surge imediatamente após a divulgação da primeira parte do 5º relatório do Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas e que as previsões feitas por estudos portugueses, quanto aos impactos previstos para a região em que Portugal se insere (Mediterrâneo e Europa do Sul), e também presentes no referido relatório, apontam para que a subida do nível do mar é a principal preocupação para o nosso país.

Considerando que mais uma vez nos é apresentado um Orçamento de Estado que relega claramente as funções do Estado no que respeita à área do Ambiente, nomeadamente a obrigação da preservação e valorização do património ambiental, para um patamar de indignidade, tomando apenas como supremo interesse do país os interesses dos grandes grupos financeiros e económicos.

Considerando por fim que, a cidade de Lisboa, inserida na Área Metropolitana tem a sua cota parte de responsabilidade, no combate às alterações climáticas, nomeadamente através da promoção e incentivo ao uso do transporte público, implementação de medidas de aumento da eficiência energética, criação de espaços verdes, entre outras.

*Neste sentido, a Assembleia Municipal de Lisboa delibera, na sequência da presente proposta dos eleitos do **Partido Ecologista «Os Verdes»**, recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que:*

- 1 - Promova um plano local de acção para as alterações climáticas a nível municipal;*
- 2 - Defenda, promova e incentive o uso de transporte público e colectivo em detrimento do transporte individual;*
- 3 - Adopte, em todos os edifícios municipais, medidas no sentido da redução de desperdícios, de poupança e de eficiência energética;*
- 3 - Coopere com os restantes municípios da Área Metropolitana na aplicação de medidas conducentes ao combate às alterações climáticas, na adopção de campanhas de sensibilização, bem como para a necessidade de se adoptar um plano regional de acção para as alterações climáticas a nível metropolitano;*

Mais delibera a Assembleia Municipal de Lisboa:

- Dar conhecimento da presente deliberação à CML e aos restantes Municípios da Área Metropolitana de Lisboa.*

Com os melhores cumprimentos,

A Presidente



Helena Roseta

CV

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
LISBOA
PRESIDENTE

Exmº Senhor
Dr. Paulo Vistas
M.I. Presidente da Câmara Municipal de
Oeiras
Largo Marquês Pombal,
2784-501 Oeiras

Sua referência

Sua data

Nossa referência
OF/1420/AML/13

Data
09-12-2013

Assunto: Sessão Assembleia Municipal de Lisboa de 26-11-2013 - Moção nº 14

Levo ao conhecimento de Vª Exª, que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua sessão de 26 de Novembro, aprovou por unanimidade uma Moção apresentada pelo Grupo Municipal do PEV, que abaixo se transcreve

“19ª Conferência das Partes (COP 19) – A urgência do combate às Alterações Climáticas”

O fenómeno das alterações climáticas é global, e tende a agravar-se como todos podemos constatar pelas catástrofes naturais que têm vindo a ser cada vez mais frequentes e devastadoras, como o foi o caso mais recente do tufão que assolou o território das Filipinas. Foi um dos mais fortes de que há registo, vitimou cerca de 5.209 pessoas, e deixou para trás um território completamente destruído. Outros fenómenos climáticos extremos como cheias e secas, também têm representado custos humanos e materiais elevados, em países com recursos financeiros escassos, enquanto a economia global continua a enfrentar uma crise de grandes proporções.

É cada vez mais urgente compreender como o Ambiente é estruturante, constituindo o palco principal onde a economia funciona e se desenvolve. Não é possível ultrapassar a actual crise num planeta cada vez mais depauperado, com a população em contínuo crescimento, quando a produção alimentar e as necessidades energéticas estão directamente relacionadas com o clima, os solos, a água, e dependente desse delicado equilíbrio.

A 19ª Conferência das Partes (COP 19) da Convenção das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas decorreu em Varsóvia de 11 a 23 de Novembro, tendo definido, como objectivo, preparar uma nova tentativa de acordo global a alcançar na reunião que terá lugar em Paris, em 2015. A partir de um conjunto de decisões tomadas em 2011, na COP17, em Durban, na África do Sul, os países presentes reafirmaram a sua vontade em ultrapassar o problema das alterações climáticas. Estas decisões foram reafirmadas no ano passado na COP18, em Doha, Qatar. Contudo, estas resoluções ainda estão para passar à acção, pois as emissões globais de gases de efeito de estufa continuam a empurrar o mundo para um aumento de temperatura de 4 graus Celsius até ao final deste século, em relação aos níveis de temperatura pré-industrial.

Em Varsóvia, mais uma vez se verificou que a falta de vontade política representa como o maior obstáculo ao processo de negociações no quadro da Convenção das Nações Unidas para as

Alterações Climáticas. É cada vez mais urgente que cada país enfrente a realidade das alterações climáticas, que demonstre liderança e, acima de tudo, vontade política para com os restantes países tentarem mudar o rumo actual do clima global. Em 2015 será necessário um acordo climático global, realizando-se até lá apenas mais duas reuniões entre as partes, sendo que o tempo começa a ser escasso, com todo o caminho difícil a percorrer até 2015, para atingir uma meta de redução de 20% das emissões na UE até 2020, em relação a 1990, meta praticamente atingida à custa da crise económica global e não de políticas activas de mitigação.

Mais uma vez, Portugal ficou classificado em 6º lugar (os três primeiros não foram atribuídos), no índice de performance climática dos países industrializados, quanto ao desempenho em relação às alterações climáticas, o que efectivamente está longe de ser o bom resultado que parece, pois pode indiciar à primeira vista que Portugal implementou com sucesso políticas e iniciativas de combate às alterações climáticas, nomeadamente, medidas de redução das emissões de dióxido de carbono e a nível energético, o que não corresponde de facto a essa realidade.

Realizando uma leitura mais profunda, pode-se verificar que este resultado é fundamentalmente obtido à custa da inactividade produtiva oriunda da crise e não da implementação de políticas alternativas de combate às alterações climáticas, tanto a nível energético como a outros níveis, que conduzam a uma redução eficiente das emissões de gases com efeito de estufa.

A este resultado atribuído a Portugal pesa ainda “favoravelmente” a ponderação dada às energias renováveis, que considera a grande hídrica, e nomeadamente o Programa Nacional de Barragens, cujos impactos ambientais são enormes e no qual não foi feita uma correcta e clara avaliação das suas implicações sobre as alterações climáticas. A leitura atenta dos resultados desta avaliação permite ainda verificar que, no que diz respeito à eficiência energética, que deveria ser um dos primeiros objectivos de investimento do país, os resultados deixam muito a desejar.

Não devemos, portanto, ficar satisfeitos com este resultado obtido por Portugal na referida avaliação, pois claramente se conclui que, fruto da gravidade da crise que o nosso país atravessa e da destruição total da produção nacional, as políticas nacionais tomadas ao nível energético estão longe de ir pelos caminhos que tragam mais e melhores resultados ambientais no quadro de um desenvolvimento sustentável do país.

Considerando que a crise ambiental global, da qual as alterações climáticas são um importante indicador, vem demonstrar que os modelos de produção e de consumo insustentáveis da sociedade devem ser alterados e que é urgente uma mudança de paradigma que garanta a implementação de um modelo sustentável global e justo, a nível ambiental, social e económico.

Considerando que os problemas do clima mundial só poderão ser resolvidos globalmente, assentes em compromissos, e alicerçados na vontade política dos diferentes Estados, no alcance de um objectivo comum, o do combate às alterações climáticas.

Considerando que a conferência em Varsóvia surge imediatamente após a divulgação da primeira parte do 5º relatório do Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas e que as previsões feitas por estudos portugueses, quanto aos impactos previstos para a região em que Portugal se insere (Mediterrâneo e Europa do Sul), e também presentes no referido relatório, apontam para que a subida do nível do mar é a principal preocupação para o nosso país.

Considerando que mais uma vez nos é apresentado um Orçamento de Estado que relega claramente as funções do Estado no que respeita à área do Ambiente, nomeadamente a obrigação da preservação e valorização do património ambiental, para um patamar de indignidade, tomando apenas como supremo interesse do país os interesses dos grandes grupos financeiros e económicos.

Considerando por fim que, a cidade de Lisboa, inserida na Área Metropolitana tem a sua cota parte de responsabilidade, no combate às alterações climáticas, nomeadamente através da promoção e incentivo ao uso do transporte público, implementação de medidas de aumento da eficiência energética, criação de espaços verdes, entre outras.

*Neste sentido, a Assembleia Municipal de Lisboa delibera, na sequência da presente proposta dos eleitos do **Partido Ecologista «Os Verdes»**, recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que:*

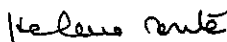
- 1 - Promova um plano local de acção para as alterações climáticas a nível municipal;*
- 2 - Defenda, promova e incentive o uso de transporte público e colectivo em detrimento do transporte individual;*
- 3 - Adapte, em todos os edifícios municipais, medidas no sentido da redução de desperdícios, de poupança e de eficiência energética;*
- 3 - Coopere com os restantes municípios da Área Metropolitana na aplicação de medidas conducentes ao combate às alterações climáticas, na adopção de campanhas de sensibilização, bem como para a necessidade de se adoptar um plano regional de acção para as alterações climáticas a nível metropolitano;*

Mais delibera a Assembleia Municipal de Lisboa:

- Dar conhecimento da presente deliberação à CML e aos restantes Municípios da Área Metropolitana de Lisboa.*

Com os melhores cumprimentos,

A Presidente



Helena Roseta

CV



ASSEMBLEIA MUNICIPAL
LISBOA

PRESIDENTE

Exm^a Senhora
Drª Susana Amador
M.I. Presidente da Câmara Municipal de
Odivelas
Rua Guilherme Gomes Fernandes,
2675-372 Odivelas

Sua referência

Sua data

Nossa referência

OF/1419/AML/13

Data

09-12-2013

Assunto: Sessão Assembleia Municipal de Lisboa de 26-11-2013 - Moção nº 14

Levo ao conhecimento de V^a Exª, que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua sessão de 26 de Novembro, aprovou por unanimidade uma Moção apresentada pelo Grupo Municipal do PEV, que abaixo se transcreve

“19ª Conferência das Partes (COP 19) – A urgência do combate às Alterações Climáticas”

O fenómeno das alterações climáticas é global, e tende a agravar-se como todos podemos constatar pelas catástrofes naturais que têm vindo a ser cada vez mais frequentes e devastadoras, como o foi o caso mais recente do tufão que assolou o território das Filipinas. Foi um dos mais fortes de que há registo, vitimou cerca de 5.209 pessoas, e deixou para trás um território completamente destruído. Outros fenómenos climáticos extremos como cheias e secas, também têm representado custos humanos e materiais elevados, em países com recursos financeiros escassos, enquanto a economia global continua a enfrentar uma crise de grandes proporções.

É cada vez mais urgente compreender como o Ambiente é estruturante, constituindo o palco principal onde a economia funciona e se desenvolve. Não é possível ultrapassar a actual crise num planeta cada vez mais depauperado, com a população em contínuo crescimento, quando a produção alimentar e as necessidades energéticas estão directamente relacionadas com o clima, os solos, a água, e dependente desse delicado equilíbrio.

A 19ª Conferência das Partes (COP 19) da Convenção das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas decorreu em Varsóvia de 11 a 23 de Novembro, tendo definido, como objectivo, preparar uma nova tentativa de acordo global a alcançar na reunião que terá lugar em Paris, em 2015. A partir de um conjunto de decisões tomadas em 2011, na COP17, em Durban, na África do Sul, os países presentes reafirmaram a sua vontade em ultrapassar o problema das alterações climáticas. Estas decisões foram reafirmadas no ano passado na COP18, em Doha, Qatar. Contudo, estas resoluções ainda estão para passar à acção, pois as emissões globais de gases de efeito de estufa continuam a empurrar o mundo para um aumento de temperatura de 4 graus Celsius até ao final deste século, em relação aos níveis de temperatura pré-industrial.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LIS

Proc. _____/_____

Em Varsóvia, mais uma vez se verificou que a falta de vontade política permanece como o maior obstáculo ao processo de negociações no quadro da Convenção das Nações Unidas para as Alterações Climáticas. É cada vez mais urgente que cada país enfrente a realidade das alterações climáticas, que demonstre liderança e, acima de tudo, vontade política para com os restantes países tentarem mudar o rumo actual do clima global. Em 2015 será necessário um acordo climático global, realizando-se até lá apenas mais duas reuniões entre as partes, sendo que o tempo começa a ser escasso, com todo o caminho difícil a percorrer até 2015, para atingir uma meta de redução de 20% das emissões na UE até 2020, em relação a 1990, meta praticamente atingida à custa da crise económica global e não de políticas activas de mitigação.

Mais uma vez, Portugal ficou classificado em 6º lugar (os três primeiros não foram atribuídos), no índice de performance climática dos países industrializados, quanto ao desempenho em relação às alterações climáticas, o que efectivamente está longe de ser o bom resultado que parece, pois pode indiciar à primeira vista que Portugal implementou com sucesso políticas e iniciativas de combate às alterações climáticas, nomeadamente, medidas de redução das emissões de dióxido de carbono e a nível energético, o que não corresponde de facto a essa realidade.

Realizando uma leitura mais profunda, pode-se verificar que este resultado é fundamentalmente obtido à custa da inactividade produtiva oriunda da crise e não da implementação de políticas alternativas de combate às alterações climáticas, tanto a nível energético como a outros níveis, que conduzam a uma redução eficiente das emissões de gases com efeito de estufa.

A este resultado atribuído a Portugal pesa ainda “favoravelmente” a ponderação dada às energias renováveis, que considera a grande hídrica, e nomeadamente o Programa Nacional de Barragens, cujos impactos ambientais são enormes e no qual não foi feita uma correcta e clara avaliação das suas implicações sobre as alterações climáticas. A leitura atenta dos resultados desta avaliação permite ainda verificar que, no que diz respeito à eficiência energética, que deveria ser um dos primeiros objectivos de investimento do país, os resultados deixam muito a desejar.

Não devemos, portanto, ficar satisfeitos com este resultado obtido por Portugal na referida avaliação, pois claramente se conclui que, fruto da gravidade da crise que o nosso país atravessa e da destruição total da produção nacional, as políticas nacionais tomadas ao nível energético estão longe de ir pelos caminhos que tragam mais e melhores resultados ambientais no quadro de um desenvolvimento sustentável do país.

Considerando que a crise ambiental global, da qual as alterações climáticas são um importante indicador, vem demonstrar que os modelos de produção e de consumo insustentáveis da sociedade devem ser alterados e que é urgente uma mudança de paradigma que garanta a implementação de um modelo sustentável global e justo, a nível ambiental, social e económico.

Considerando que os problemas do clima mundial só poderão ser resolvidos globalmente, assentes em compromissos, e alicerçados na vontade política dos diferentes Estados, no alcance de um objectivo comum, o do combate às alterações climáticas.

Considerando que a conferência em Varsóvia surge imediatamente após a divulgação da primeira parte do 5º relatório do Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas e que as previsões feitas por estudos portugueses, quanto aos impactos previstos para a região em que Portugal se insere (Mediterrâneo e Europa do Sul), e também presentes no referido relatório, apontam para que a subida do nível do mar é a principal preocupação para o nosso país.

Considerando que mais uma vez nos é apresentado um Orçamento de Estado que relega claramente as funções do Estado no que respeita à área do Ambiente, nomeadamente a obrigação da preservação e valorização do património ambiental, para um patamar de indignidade, tomando apenas como supremo interesse do país os interesses dos grandes grupos financeiros e económicos.

Considerando por fim que, a cidade de Lisboa, inserida na Área Metropolitana tem a sua cota parte de responsabilidade, no combate às alterações climáticas, nomeadamente através da promoção e incentivo ao uso do transporte público, implementação de medidas de aumento da eficiência energética, criação de espaços verdes, entre outras.

Neste sentido, a Assembleia Municipal de Lisboa delibera, na sequência da presente proposta dos eleitos do Partido Ecologista «Os Verdes», recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que:

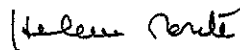
- 1 - Promova um plano local de acção para as alterações climáticas a nível municipal;*
- 2 - Defenda, promova e incentive o uso de transporte público e colectivo em detrimento do transporte individual;*
- 3 - Adapte, em todos os edifícios municipais, medidas no sentido da redução de desperdícios, de poupança e de eficiência energética;*
- 3 - Coopere com os restantes municípios da Área Metropolitana na aplicação de medidas conducentes ao combate às alterações climáticas, na adopção de campanhas de sensibilização, bem como para a necessidade de se adoptar um plano regional de acção para as alterações climáticas a nível metropolitano;*

Mais delibera a Assembleia Municipal de Lisboa:

- Dar conhecimento da presente deliberação à CML e aos restantes Municípios da Área Metropolitana de Lisboa.*

Com os melhores cumprimentos,

A Presidente



Helena Roseta

CV

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
LISBOA
PRESIDENTE

Exmº Senhor
Engº Nuno Canta
M.I. Presidente da Câmara Municipal do
Montijo
Edifício dos Paços do Concelho,
Rua Manuel Neves Nunes de Almeida,
2870-352 Montijo

Sua referência

Sua data

Nossa referência
OF/1418/AML/13

Data
09-12-2013

Assunto: Sessão Assembleia Municipal de Lisboa de 26-11-2013 - Moção nº 14

Levo ao conhecimento de Vª Exª, que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua sessão de 26 de Novembro, aprovou por unanimidade uma Moção apresentada pelo Grupo Municipal do PEV, que abaixo se transcreve

“19ª Conferência das Partes (COP 19) – A urgência do combate às Alterações Climáticas”

O fenómeno das alterações climáticas é global, e tende a agravar-se como todos podemos constatar pelas catástrofes naturais que têm vindo a ser cada vez mais frequentes e devastadoras, como o foi o caso mais recente do tufão que assolou o território das Filipinas. Foi um dos mais fortes de que há registo, vitimou cerca de 5.209 pessoas, e deixou para trás um território completamente destruído. Outros fenómenos climáticos extremos como cheias e secas, também têm representado custos humanos e materiais elevados, em países com recursos financeiros escassos, enquanto a economia global continua a enfrentar uma crise de grandes proporções.

É cada vez mais urgente compreender como o Ambiente é estruturante, constituindo o palco principal onde a economia funciona e se desenvolve. Não é possível ultrapassar a actual crise num planeta cada vez mais depauperado, com a população em contínuo crescimento, quando a produção alimentar e as necessidades energéticas estão directamente relacionadas com o clima, os solos, a água, e dependente desse delicado equilíbrio.

A 19ª Conferência das Partes (COP 19) da Convenção das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas decorreu em Varsóvia de 11 a 23 de Novembro, tendo definido, como objectivo, preparar uma nova tentativa de acordo global a alcançar na reunião que terá lugar em Paris, em 2015. A partir de um conjunto de decisões tomadas em 2011, na COP17, em Durban, na África do Sul, os países presentes reafirmaram a sua vontade em ultrapassar o problema das alterações climáticas. Estas decisões foram reafirmadas no ano passado na COP18, em Doha, Qatar. Contudo, estas resoluções ainda estão para passar à acção, pois as emissões globais de gases de efeito de estufa continuam a empurrar o mundo para um aumento de temperatura de 4 graus Celsius até ao final deste século, em relação aos níveis de temperatura pré-industrial.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA

Proc. _____/_____

ENT 23/SG/DAQSM/GAAM/ 14

DATA 02/01/2014

_____
Nº 28



ASSEMBLEIA MUNICIPAL
LISBOA

PRESIDENTE

Em Varsóvia, mais uma vez se verificou que a falta de vontade política permanece como o maior obstáculo ao processo de negociações no quadro da Convenção das Nações Unidas para as Alterações Climáticas. É cada vez mais urgente que cada país enfrente a realidade das alterações climáticas, que demonstre liderança e, acima de tudo, vontade política para com os restantes países tentarem mudar o rumo actual do clima global. Em 2015 será necessário um acordo climático global, realizando-se até lá apenas mais duas reuniões entre as partes, sendo que o tempo começa a ser escasso, com todo o caminho difícil a percorrer até 2015, para atingir uma meta de redução de 20% das emissões na UE até 2020, em relação a 1990, meta praticamente atingida à custa da crise económica global e não de políticas activas de mitigação.

Mais uma vez, Portugal ficou classificado em 6º lugar (os três primeiros não foram atribuídos), no índice de performance climática dos países industrializados, quanto ao desempenho em relação às alterações climáticas, o que efectivamente está longe de ser o bom resultado que parece, pois pode indiciar à primeira vista que Portugal implementou com sucesso políticas e iniciativas de combate às alterações climáticas, nomeadamente, medidas de redução das emissões de dióxido de carbono e a nível energético, o que não corresponde de facto a essa realidade.

Realizando uma leitura mais profunda, pode-se verificar que este resultado é fundamentalmente obtido à custa da inactividade produtiva oriunda da crise e não da implementação de políticas alternativas de combate às alterações climáticas, tanto a nível energético como a outros níveis, que conduzam a uma redução eficiente das emissões de gases com efeito de estufa.

A este resultado atribuído a Portugal pesa ainda “favoravelmente” a ponderação dada às energias renováveis, que considera a grande hídrica, e nomeadamente o Programa Nacional de Barragens, cujos impactos ambientais são enormes e no qual não foi feita uma correcta e clara avaliação das suas implicações sobre as alterações climáticas. A leitura atenta dos resultados desta avaliação permite ainda verificar que, no que diz respeito à eficiência energética, que deveria ser um dos primeiros objectivos de investimento do país, os resultados deixam muito a desejar.

Não devemos, portanto, ficar satisfeitos com este resultado obtido por Portugal na referida avaliação, pois claramente se conclui que, fruto da gravidade da crise que o nosso país atravessa e da destruição total da produção nacional, as políticas nacionais tomadas ao nível energético estão longe de ir pelos caminhos que tragam mais e melhores resultados ambientais no quadro de um desenvolvimento sustentável do país.

Considerando que a crise ambiental global, da qual as alterações climáticas são um importante indicador, vem demonstrar que os modelos de produção e de consumo insustentáveis da sociedade devem ser alterados e que é urgente uma mudança de paradigma que garanta a implementação de um modelo sustentável global e justo, a nível ambiental, social e económico.

Considerando que os problemas do clima mundial só poderão ser resolvidos globalmente, assentes em compromissos, e alicerçados na vontade política dos diferentes Estados, no alcance de um objectivo comum, o do combate às alterações climáticas.

Considerando que a conferência em Varsóvia surge imediatamente após a divulgação da primeira parte do 5º relatório do Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas e que as previsões feitas por estudos portugueses, quanto aos impactos previstos para a região em que Portugal se insere (Mediterrâneo e Europa do Sul), e também presentes no referido relatório, apontam para que a subida do nível do mar é a principal preocupação para o nosso país.

Considerando que mais uma vez nos é apresentado um Orçamento de Estado que relega claramente as funções do Estado no que respeita à área do Ambiente, nomeadamente a obrigação da preservação e valorização do património ambiental, para um patamar de indignidade, tomando apenas como supremo interesse do país os interesses dos grandes grupos financeiros e económicos.

Considerando por fim que, a cidade de Lisboa, inserida na Área Metropolitana tem a sua cota parte de responsabilidade, no combate às alterações climáticas, nomeadamente através da promoção e incentivo ao uso do transporte público, implementação de medidas de aumento da eficiência energética, criação de espaços verdes, entre outras.

*Neste sentido, a Assembleia Municipal de Lisboa delibera, na sequência da presente proposta dos eleitos do **Partido Ecologista «Os Verdes»**, recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que:*

- 1 - Promova um plano local de acção para as alterações climáticas a nível municipal;*
- 2 - Defenda, promova e incentive o uso de transporte público e colectivo em detrimento do transporte individual;*
- 3 - Adapte, em todos os edifícios municipais, medidas no sentido da redução de desperdícios, de poupança e de eficiência energética;*
- 3 - Coopere com os restantes municípios da Área Metropolitana na aplicação de medidas conducentes ao combate às alterações climáticas, na adopção de campanhas de sensibilização, bem como para a necessidade de se adoptar um plano regional de acção para as alterações climáticas a nível metropolitano;*

Mais delibera a Assembleia Municipal de Lisboa:

- Dar conhecimento da presente deliberação à CML e aos restantes Municípios da Área Metropolitana de Lisboa.*

Com os melhores cumprimentos,

A Presidente



Helena Roseta

CV



ASSEMBLEIA MUNICIPAL
LISBOA

PRESIDENTE

Exmº Senhor
Engº João Manuel de Jesus Lobo
M.I. Presidente da Câmara Municipal da
Moita
Praça da República
2864-007 MOITA

Sua referência

Sua data

Nossa referência

OF/1417/AML/13

Data

09-12-2013

Assunto: Sessão Assembleia Municipal de Lisboa de 26-11-2013 - Moção nº 14

Levo ao conhecimento de Vª Exª, que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua sessão de 26 de Novembro, aprovou por unanimidade uma Moção apresentada pelo Grupo Municipal do PEV, que abaixo se transcreve

“19ª Conferência das Partes (COP 19) – A urgência do combate às Alterações Climáticas”

O fenómeno das alterações climáticas é global, e tende a agravar-se como todos podemos constatar pelas catástrofes naturais que têm vindo a ser cada vez mais frequentes e devastadoras, como o foi o caso mais recente do tufão que assolou o território das Filipinas. Foi um dos mais fortes de que há registo, vitimou cerca de 5.209 pessoas, e deixou para trás um território completamente destruído. Outros fenómenos climáticos extremos como cheias e secas, também têm representado custos humanos e materiais elevados, em países com recursos financeiros escassos, enquanto a economia global continua a enfrentar uma crise de grandes proporções.

É cada vez mais urgente compreender como o Ambiente é estruturante, constituindo o palco principal onde a economia funciona e se desenvolve. Não é possível ultrapassar a actual crise num planeta cada vez mais depauperado, com a população em contínuo crescimento, quando a produção alimentar e as necessidades energéticas estão directamente relacionadas com o clima, os solos, a água, e dependente desse delicado equilíbrio.

A 19ª Conferência das Partes (COP 19) da Convenção das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas decorreu em Varsóvia de 11 a 23 de Novembro, tendo definido, como objectivo, preparar uma nova tentativa de acordo global a alcançar na reunião que terá lugar em Paris, em 2015. A partir de um conjunto de decisões tomadas em 2011, na COP17, em Durban, na África do Sul, os países presentes reafirmaram a sua vontade em ultrapassar o problema das alterações climáticas. Estas decisões foram reafirmadas no ano passado na COP18, em Doha, Qatar. Contudo, estas resoluções ainda estão para passar à acção, pois as emissões globais de gases de efeito de estufa continuam a empurrar o mundo para um aumento de temperatura de 4 graus Celsius até ao final deste século, em relação aos níveis de temperatura pré-industrial.

Em Varsóvia, mais uma vez se verificou que a falta de vontade política passa a ser o maior obstáculo ao processo de negociações no quadro da Convenção das Nações Unidas para as



ASSEMBLEIA MUNICIPAL
LISBOA

PRESIDENTE

Alterações Climáticas. É cada vez mais urgente que cada país enfrente a realidade das alterações climáticas, que demonstre liderança e, acima de tudo, vontade política para com os restantes países tentarem mudar o rumo actual do clima global. Em 2015 será necessário um acordo climático global, realizando-se até lá apenas mais duas reuniões entre as partes, sendo que o tempo começa a ser escasso, com todo o caminho difícil a percorrer até 2015, para atingir uma meta de redução de 20% das emissões na UE até 2020, em relação a 1990, meta praticamente atingida à custa da crise económica global e não de políticas activas de mitigação.

Mais uma vez, Portugal ficou classificado em 6º lugar (os três primeiros não foram atribuídos), no índice de performance climática dos países industrializados, quanto ao desempenho em relação às alterações climáticas, o que efectivamente está longe de ser o bom resultado que parece, pois pode indiciar à primeira vista que Portugal implementou com sucesso políticas e iniciativas de combate às alterações climáticas, nomeadamente, medidas de redução das emissões de dióxido de carbono e a nível energético, o que não corresponde de facto a essa realidade.

Realizando uma leitura mais profunda, pode-se verificar que este resultado é fundamentalmente obtido à custa da inactividade produtiva oriunda da crise e não da implementação de políticas alternativas de combate às alterações climáticas, tanto a nível energético como a outros níveis, que conduzam a uma redução eficiente das emissões de gases com efeito de estufa.

A este resultado atribuído a Portugal pesa ainda “favoravelmente” a ponderação dada às energias renováveis, que considera a grande hídrica, e nomeadamente o Programa Nacional de Barragens, cujos impactos ambientais são enormes e no qual não foi feita uma correcta e clara avaliação das suas implicações sobre as alterações climáticas. A leitura atenta dos resultados desta avaliação permite ainda verificar que, no que diz respeito à eficiência energética, que deveria ser um dos primeiros objectivos de investimento do país, os resultados deixam muito a desejar.

Não devemos, portanto, ficar satisfeitos com este resultado obtido por Portugal na referida avaliação, pois claramente se conclui que, fruto da gravidade da crise que o nosso país atravessa e da destruição total da produção nacional, as políticas nacionais tomadas ao nível energético estão longe de ir pelos caminhos que tragam mais e melhores resultados ambientais no quadro de um desenvolvimento sustentável do país.

Considerando que a crise ambiental global, da qual as alterações climáticas são um importante indicador, vem demonstrar que os modelos de produção e de consumo insustentáveis da sociedade devem ser alterados e que é urgente uma mudança de paradigma que garanta a implementação de um modelo sustentável global e justo, a nível ambiental, social e económico.

Considerando que os problemas do clima mundial só poderão ser resolvidos globalmente, assentes em compromissos, e alicerçados na vontade política dos diferentes Estados, no alcance de um objectivo comum, o do combate às alterações climáticas.

Considerando que a conferência em Varsóvia surge imediatamente após a divulgação da primeira parte do 5º relatório do Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas e que as previsões feitas por estudos portugueses, quanto aos impactos previstos para a região em que Portugal se insere (Mediterrâneo e Europa do Sul), e também presentes no referido relatório, apontam para que a subida do nível do mar é a principal preocupação para o nosso país.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
LISBOA
PRESIDENTE

Considerando que mais uma vez nos é apresentado um Orçamento de Estado que relega claramente as funções do Estado no que respeita à área do Ambiente, nomeadamente a obrigação da preservação e valorização do património ambiental, para um patamar de indignidade, tomando apenas como supremo interesse do país os interesses dos grandes grupos financeiros e económicos.

Considerando por fim que, a cidade de Lisboa, inserida na Área Metropolitana tem a sua cota parte de responsabilidade, no combate às alterações climáticas, nomeadamente através da promoção e incentivo ao uso do transporte público, implementação de medidas de aumento da eficiência energética, criação de espaços verdes, entre outras.

*Neste sentido, a Assembleia Municipal de Lisboa delibera, na sequência da presente proposta dos eleitos do **Partido Ecologista «Os Verdes»**, recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que:*

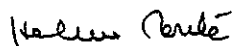
- 1 - Promova um plano local de acção para as alterações climáticas a nível municipal;*
- 2 - Defenda, promova e incentive o uso de transporte público e colectivo em detrimento do transporte individual;*
- 3 - Adopte, em todos os edifícios municipais, medidas no sentido da redução de desperdícios, de poupança e de eficiência energética;*
- 3 - Coopere com os restantes municípios da Área Metropolitana na aplicação de medidas conducentes ao combate às alterações climáticas, na adopção de campanhas de sensibilização, bem como para a necessidade de se adoptar um plano regional de acção para as alterações climáticas a nível metropolitano;*

Mais delibera a Assembleia Municipal de Lisboa:

- Dar conhecimento da presente deliberação à CML e aos restantes Municípios da Área Metropolitana de Lisboa.*

Com os melhores cumprimentos,

A Presidente



Helena Roseta

CV

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
LISBOA
PRESIDENTE

Exmº Senhor
Engº Hélder António Guerra de Sousa
Silva.
M.I. Presidente da Câmara Municipal de
Mafra
Pç. do Município -
2644-001 MAFRA

Sua referência

Sua data

Nossa referência

OF/1416/AML/13

Data

09-12-2013

Assunto: Sessão Assembleia Municipal de Lisboa de 26-11-2013 - Moção nº 14

Levo ao conhecimento de Vª Exª, que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua sessão de 26 de Novembro, aprovou por unanimidade uma Moção apresentada pelo Grupo Municipal do PEV, que abaixo se transcreve

“19ª Conferência das Partes (COP 19) – A urgência do combate às Alterações Climáticas”

O fenómeno das alterações climáticas é global, e tende a agravar-se como todos podemos constatar pelas catástrofes naturais que têm vindo a ser cada vez mais frequentes e devastadoras, como o foi o caso mais recente do tufão que assolou o território das Filipinas. Foi um dos mais fortes de que há registo, vitimou cerca de 5.209 pessoas, e deixou para trás um território completamente destruído. Outros fenómenos climáticos extremos como cheias e secas, também têm representado custos humanos e materiais elevados, em países com recursos financeiros escassos, enquanto a economia global continua a enfrentar uma crise de grandes proporções.

É cada vez mais urgente compreender como o Ambiente é estruturante, constituindo o palco principal onde a economia funciona e se desenvolve. Não é possível ultrapassar a actual crise num planeta cada vez mais depauperado, com a população em contínuo crescimento, quando a produção alimentar e as necessidades energéticas estão directamente relacionadas com o clima, os solos, a água, e dependente desse delicado equilíbrio.

A 19ª Conferência das Partes (COP 19) da Convenção das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas decorreu em Varsóvia de 11 a 23 de Novembro, tendo definido, como objectivo, preparar uma nova tentativa de acordo global a alcançar na reunião que terá lugar em Paris, em 2015. A partir de um conjunto de decisões tomadas em 2011, na COP17, em Durban, na África do Sul, os países presentes reafirmaram a sua vontade em ultrapassar o problema das alterações climáticas. Estas decisões foram reafirmadas no ano passado na COP18, em Doha, Qatar. Contudo, estas resoluções ainda estão para passar à acção, pois as emissões globais de gases de efeito de estufa continuam a empurrar o mundo para um aumento de temperatura de 4 graus Celsius até ao final deste século, em relação aos níveis de temperatura pré-industrial.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA

Proc. _____/_____

Em Varsóvia, mais uma vez se verificou que a falta de vontade política permanece como o maior obstáculo ao processo de negociações no quadro da Convenção das Nações Unidas para as Alterações Climáticas. É cada vez mais urgente que cada país enfrente a realidade das alterações climáticas, que demonstre liderança e, acima de tudo, vontade política para com os restantes países tentarem mudar o rumo actual do clima global. Em 2015 será necessário um acordo climático global, realizando-se até lá apenas mais duas reuniões entre as partes, sendo que o tempo começa a ser escasso, com todo o caminho difícil a percorrer até 2015, para atingir uma meta de redução de 20% das emissões na UE até 2020, em relação a 1990, meta praticamente atingida à custa da crise económica global e não de políticas activas de mitigação.

Mais uma vez, Portugal ficou classificado em 6º lugar (os três primeiros não foram atribuídos), no índice de performance climática dos países industrializados, quanto ao desempenho em relação às alterações climáticas, o que efectivamente está longe de ser o bom resultado que parece, pois pode indiciar à primeira vista que Portugal implementou com sucesso políticas e iniciativas de combate às alterações climáticas, nomeadamente, medidas de redução das emissões de dióxido de carbono e a nível energético, o que não corresponde de facto a essa realidade.

Realizando uma leitura mais profunda, pode-se verificar que este resultado é fundamentalmente obtido à custa da inactividade produtiva oriunda da crise e não da implementação de políticas alternativas de combate às alterações climáticas, tanto a nível energético como a outros níveis, que conduzam a uma redução eficiente das emissões de gases com efeito de estufa.

A este resultado atribuído a Portugal pesa ainda "favoravelmente" a ponderação dada às energias renováveis, que considera a grande hídrica, e nomeadamente o Programa Nacional de Barragens, cujos impactos ambientais são enormes e no qual não foi feita uma correcta e clara avaliação das suas implicações sobre as alterações climáticas. A leitura atenta dos resultados desta avaliação permite ainda verificar que, no que diz respeito à eficiência energética, que deveria ser um dos primeiros objectivos de investimento do país, os resultados deixam muito a desejar.

Não devemos, portanto, ficar satisfeitos com este resultado obtido por Portugal na referida avaliação, pois claramente se conclui que, fruto da gravidade da crise que o nosso país atravessa e da destruição total da produção nacional, as políticas nacionais tomadas ao nível energético estão longe de ir pelos caminhos que tragam mais e melhores resultados ambientais no quadro de um desenvolvimento sustentável do país.

Considerando que a crise ambiental global, da qual as alterações climáticas são um importante indicador, vem demonstrar que os modelos de produção e de consumo insustentáveis da sociedade devem ser alterados e que é urgente uma mudança de paradigma que garanta a implementação de um modelo sustentável global e justo, a nível ambiental, social e económico.

Considerando que os problemas do clima mundial só poderão ser resolvidos globalmente, assentes em compromissos, e alicerçados na vontade política dos diferentes Estados, no alcance de um objectivo comum, o do combate às alterações climáticas.

Considerando que a conferência em Varsóvia surge imediatamente após a divulgação da primeira parte do 5º relatório do Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas e que as previsões feitas por estudos portugueses, quanto aos impactos previstos para a região em que Portugal se insere (Mediterrâneo e Europa do Sul), e também presentes no referido relatório, apontam para que a subida do nível do mar é a principal preocupação para o nosso país.

Considerando que mais uma vez nos é apresentado um Orçamento de Estado que relega claramente as funções do Estado no que respeita à área do Ambiente, nomeadamente a obrigação da preservação e valorização do património ambiental, para um patamar de indignidade, tomando apenas como supremo interesse do país os interesses dos grandes grupos financeiros e económicos.

Considerando por fim que, a cidade de Lisboa, inserida na Área Metropolitana tem a sua cota parte de responsabilidade, no combate às alterações climáticas, nomeadamente através da promoção e incentivo ao uso do transporte público, implementação de medidas de aumento da eficiência energética, criação de espaços verdes, entre outras.

*Neste sentido, a Assembleia Municipal de Lisboa delibera, na sequência da presente proposta dos eleitos do **Partido Ecologista «Os Verdes»**, recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que:*

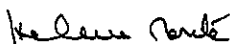
- 1 - Promova um plano local de acção para as alterações climáticas a nível municipal;*
- 2 - Defenda, promova e incentive o uso de transporte público e colectivo em detrimento do transporte individual;*
- 3 - Adopte, em todos os edifícios municipais, medidas no sentido da redução de desperdícios, de poupança e de eficiência energética;*
- 3 - Coopere com os restantes municípios da Área Metropolitana na aplicação de medidas conducentes ao combate às alterações climáticas, na adopção de campanhas de sensibilização, bem como para a necessidade de se adoptar um plano regional de acção para as alterações climáticas a nível metropolitano;*

Mais delibera a Assembleia Municipal de Lisboa:

- Dar conhecimento da presente deliberação à CML e aos restantes Municípios da Área Metropolitana de Lisboa.*

Com os melhores cumprimentos,

A Presidente



Helena Roseta

CV

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
LISBOA
PRESIDENTE

Exmº Senhor
Dr. Bernardino Soares
M.I. Presidente da Camara Municipal de
Loures
Rua Doutor José Carlos Gonçalves,
2670 Loures

Sua referência

Sua data

Nossa referência
OF/1415/AML/13

Data
09-12-2013

Assunto: Sessão Assembleia Municipal de Lisboa de 26-11-2013 - Moção nº 14

Levo ao conhecimento de Vª Exª, que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua sessão de 26 de Novembro, aprovou por unanimidade uma Moção apresentada pelo Grupo Municipal do PEV, que abaixo se transcreve

“19ª Conferência das Partes (COP 19) – A urgência do combate às Alterações Climáticas”

O fenómeno das alterações climáticas é global, e tende a agravar-se como todos podemos constatar pelas catástrofes naturais que têm vindo a ser cada vez mais frequentes e devastadoras, como o foi o caso mais recente do tufão que assolou o território das Filipinas. Foi um dos mais fortes de que há registo, vitimou cerca de 5.209 pessoas, e deixou para trás um território completamente destruído. Outros fenómenos climáticos extremos como cheias e secas, também têm representado custos humanos e materiais elevados, em países com recursos financeiros escassos, enquanto a economia global continua a enfrentar uma crise de grandes proporções.

É cada vez mais urgente compreender como o Ambiente é estruturante, constituindo o palco principal onde a economia funciona e se desenvolve. Não é possível ultrapassar a actual crise num planeta cada vez mais depauperado, com a população em contínuo crescimento, quando a produção alimentar e as necessidades energéticas estão directamente relacionadas com o clima, os solos, a água, e dependente desse delicado equilíbrio.

A 19ª Conferência das Partes (COP 19) da Convenção das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas decorreu em Varsóvia de 11 a 23 de Novembro, tendo definido, como objectivo, preparar uma nova tentativa de acordo global a alcançar na reunião que terá lugar em Paris, em 2015. A partir de um conjunto de decisões tomadas em 2011, na COP17, em Durban, na África do Sul, os países presentes reafirmaram a sua vontade em ultrapassar o problema das alterações climáticas. Estas decisões foram reafirmadas no ano passado na COP18, em Doha, Qatar. Contudo, estas resoluções ainda estão para passar à acção, pois as emissões globais de gases de efeito de estufa continuam a empurrar o mundo para um aumento de temperatura de 4 graus Celsius até ao final deste século, em relação aos níveis de temperatura pré-industrial.

Em Varsóvia, mais uma vez se verificou que a falta de vontade política por parte das Nações Unidas para as negociações no quadro da Convenção das Nações Unidas para as

Alterações Climáticas. É cada vez mais urgente que cada país enfrente a realidade das alterações climáticas, que demonstre liderança e, acima de tudo, vontade política para com os restantes países tentarem mudar o rumo actual do clima global. Em 2015 será necessário um acordo climático global, realizando-se até lá apenas mais duas reuniões entre as partes, sendo que o tempo começa a ser escasso, com todo o caminho difícil a percorrer até 2015, para atingir uma meta de redução de 20% das emissões na UE até 2020, em relação a 1990, meta praticamente atingida à custa da crise económica global e não de políticas activas de mitigação.

Mais uma vez, Portugal ficou classificado em 6º lugar (os três primeiros não foram atribuídos), no índice de performance climática dos países industrializados, quanto ao desempenho em relação às alterações climáticas, o que efectivamente está longe de ser o bom resultado que parece, pois pode indiciar à primeira vista que Portugal implementou com sucesso políticas e iniciativas de combate às alterações climáticas, nomeadamente, medidas de redução das emissões de dióxido de carbono e a nível energético, o que não corresponde de facto a essa realidade.

Realizando uma leitura mais profunda, pode-se verificar que este resultado é fundamentalmente obtido à custa da inactividade produtiva oriunda da crise e não da implementação de políticas alternativas de combate às alterações climáticas, tanto a nível energético como a outros níveis, que conduzam a uma redução eficiente das emissões de gases com efeito de estufa.

A este resultado atribuído a Portugal pesa ainda “favoravelmente” a ponderação dada às energias renováveis, que considera a grande hídrica, e nomeadamente o Programa Nacional de Barragens, cujos impactos ambientais são enormes e no qual não foi feita uma correcta e clara avaliação das suas implicações sobre as alterações climáticas. A leitura atenta dos resultados desta avaliação permite ainda verificar que, no que diz respeito à eficiência energética, que deveria ser um dos primeiros objectivos de investimento do país, os resultados deixam muito a desejar.

Não devemos, portanto, ficar satisfeitos com este resultado obtido por Portugal na referida avaliação, pois claramente se conclui que, fruto da gravidade da crise que o nosso país atravessa e da destruição total da produção nacional, as políticas nacionais tomadas ao nível energético estão longe de ir pelos caminhos que tragam mais e melhores resultados ambientais no quadro de um desenvolvimento sustentável do país.

Considerando que a crise ambiental global, da qual as alterações climáticas são um importante indicador, vem demonstrar que os modelos de produção e de consumo insustentáveis da sociedade devem ser alterados e que é urgente uma mudança de paradigma que garanta a implementação de um modelo sustentável global e justo, a nível ambiental, social e económico.

Considerando que os problemas do clima mundial só poderão ser resolvidos globalmente, assentes em compromissos, e alicerçados na vontade política dos diferentes Estados, no alcance de um objectivo comum, o do combate às alterações climáticas.

Considerando que a conferência em Varsóvia surge imediatamente após a divulgação da primeira parte do 5º relatório do Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas e que as previsões feitas por estudos portugueses, quanto aos impactos previstos para a região em que Portugal se insere (Mediterrâneo e Europa do Sul), e também presentes no referido relatório, apontam para que a subida do nível do mar é a principal preocupação para o nosso país.

Considerando que mais uma vez nos é apresentado um Orçamento de Estado que relega claramente as funções do Estado no que respeita à área do Ambiente, nomeadamente a obrigação da preservação e valorização do património ambiental, para um patamar de indignidade, tomando apenas como supremo interesse do país os interesses dos grandes grupos financeiros e económicos.

Considerando por fim que, a cidade de Lisboa, inserida na Área Metropolitana tem a sua cota parte de responsabilidade, no combate às alterações climáticas, nomeadamente através da promoção e incentivo ao uso do transporte público, implementação de medidas de aumento da eficiência energética, criação de espaços verdes, entre outras.

*Neste sentido, a Assembleia Municipal de Lisboa delibera, na sequência da presente proposta dos eleitos do **Partido Ecologista «Os Verdes»**, recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que:*

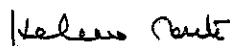
- 1 - Promova um plano local de acção para as alterações climáticas a nível municipal;*
- 2 - Defenda, promova e incentive o uso de transporte público e colectivo em detrimento do transporte individual;*
- 3 - Adopte, em todos os edifícios municipais, medidas no sentido da redução de desperdícios, de poupança e de eficiência energética;*
- 3 - Coopere com os restantes municípios da Área Metropolitana na aplicação de medidas conducentes ao combate às alterações climáticas, na adopção de campanhas de sensibilização, bem como para a necessidade de se adoptar um plano regional de acção para as alterações climáticas a nível metropolitano;*

Mais delibera a Assembleia Municipal de Lisboa:

- Dar conhecimento da presente deliberação à CML e aos restantes Municípios da Área Metropolitana de Lisboa.*

Com os melhores cumprimentos,

A Presidente



Helena Roseta

CV



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

LISBOA

PRESIDENTE

Exmº Senhor

Dr. António Luís Santos Costa

M.I. Presidente da Câmara Municipal de
Lisboa

Sua referência

Sua data

Nossa referência

OF/1414/AML/13

Data

09-12-2013

Assunto: Sessão Assembleia Municipal de Lisboa de 26-11-2013 - Moção nº 14

Levo ao conhecimento de Vª Exª, que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua sessão de 26 de Novembro, aprovou por unanimidade uma Moção apresentada pelo Grupo Municipal do PEV, que abaixo se transcreve

“19ª Conferência das Partes (COP 19) – A urgência do combate às Alterações Climáticas”

O fenómeno das alterações climáticas é global, e tende a agravar-se como todos podemos constatar pelas catástrofes naturais que têm vindo a ser cada vez mais frequentes e devastadoras, como o foi o caso mais recente do tufão que assolou o território das Filipinas. Foi um dos mais fortes de que há registo, vitimou cerca de 5.209 pessoas, e deixou para trás um território completamente destruído. Outros fenómenos climáticos extremos como cheias e secas, também têm representado custos humanos e materiais elevados, em países com recursos financeiros escassos, enquanto a economia global continua a enfrentar uma crise de grandes proporções.

É cada vez mais urgente compreender como o Ambiente é estruturante, constituindo o palco principal onde a economia funciona e se desenvolve. Não é possível ultrapassar a actual crise num planeta cada vez mais depauperado, com a população em contínuo crescimento, quando a produção alimentar e as necessidades energéticas estão directamente relacionadas com o clima, os solos, a água, e dependente desse delicado equilíbrio.

A 19ª Conferência das Partes (COP 19) da Convenção das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas decorreu em Varsóvia de 11 a 23 de Novembro, tendo definido, como objectivo, preparar uma nova tentativa de acordo global a alcançar na reunião que terá lugar em Paris, em 2015. A partir de um conjunto de decisões tomadas em 2011, na COP17, em Durban, na África do Sul, os países presentes reafirmaram a sua vontade em ultrapassar o problema das alterações climáticas. Estas decisões foram reafirmadas no ano passado na COP18, em Doha, Qatar. Contudo, estas resoluções ainda estão para passar à acção, pois as emissões globais de gases de efeito de estufa continuam a empurrar o mundo para um aumento de temperatura de 4 graus Celsius até ao final deste século, em relação aos níveis de temperatura pré-industrial.

Em Varsóvia, mais uma vez se verificou que a falta de vontade política permanece como o maior obstáculo ao processo de negociações no quadro da Convenção das Nações Unidas para as Alterações Climáticas. É cada vez mais urgente que cada país enfrente a realidade das alterações



ASSEMBLEIA MUNICIPAL
LISBOA

PRESIDENTE

climáticas, que demonstre liderança e, acima de tudo, vontade política para com os restantes países tentarem mudar o rumo actual do clima global. Em 2015 será necessário um acordo climático global, realizando-se até lá apenas mais duas reuniões entre as partes, sendo que o tempo começa a ser escasso, com todo o caminho difícil a percorrer até 2015, para atingir uma meta de redução de 20% das emissões na UE até 2020, em relação a 1990, meta praticamente atingida à custa da crise económica global e não de políticas activas de mitigação.

Mais uma vez, Portugal ficou classificado em 6º lugar (os três primeiros não foram atribuídos), no índice de performance climática dos países industrializados, quanto ao desempenho em relação às alterações climáticas, o que efectivamente está longe de ser o bom resultado que parece, pois pode indiciar à primeira vista que Portugal implementou com sucesso políticas e iniciativas de combate às alterações climáticas, nomeadamente, medidas de redução das emissões de dióxido de carbono e a nível energético, o que não corresponde de facto a essa realidade.

Realizando uma leitura mais profunda, pode-se verificar que este resultado é fundamentalmente obtido à custa da inactividade produtiva oriunda da crise e não da implementação de políticas alternativas de combate às alterações climáticas, tanto a nível energético como a outros níveis, que conduzam a uma redução eficiente das emissões de gases com efeito de estufa.

A este resultado atribuído a Portugal pesa ainda “favoravelmente” a ponderação dada às energias renováveis, que considera a grande hídrica, e nomeadamente o Programa Nacional de Barragens, cujos impactos ambientais são enormes e no qual não foi feita uma correcta e clara avaliação das suas implicações sobre as alterações climáticas. A leitura atenta dos resultados desta avaliação permite ainda verificar que, no que diz respeito à eficiência energética, que deveria ser um dos primeiros objectivos de investimento do país, os resultados deixam muito a desejar.

Não devemos, portanto, ficar satisfeitos com este resultado obtido por Portugal na referida avaliação, pois claramente se conclui que, fruto da gravidade da crise que o nosso país atravessa e da destruição total da produção nacional, as políticas nacionais tomadas ao nível energético estão longe de ir pelos caminhos que tragam mais e melhores resultados ambientais no quadro de um desenvolvimento sustentável do país.

Considerando que a crise ambiental global, da qual as alterações climáticas são um importante indicador, vem demonstrar que os modelos de produção e de consumo insustentáveis da sociedade devem ser alterados e que é urgente uma mudança de paradigma que garanta a implementação de um modelo sustentável global e justo, a nível ambiental, social e económico.

Considerando que os problemas do clima mundial só poderão ser resolvidos globalmente, assentes em compromissos, e alicerçados na vontade política dos diferentes Estados, no alcance de um objectivo comum, o do combate às alterações climáticas.

Considerando que a conferência em Varsóvia surge imediatamente após a divulgação da primeira parte do 5º relatório do Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas e que as previsões feitas por estudos portugueses, quanto aos impactos previstos para a região em que Portugal se insere (Mediterrâneo e Europa do Sul), e também presentes no referido relatório, apontam para que a subida do nível do mar é a principal preocupação para o nosso país.

Considerando que mais uma vez nos é apresentado um Orçamento de Estado que relega claramente as funções do Estado no que respeita à área do Ambiente, nomeadamente a obrigação da preservação

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
LISBOA
PRESIDENTE

e valorização do património ambiental, para um patamar de indignidade, tomando apenas como supremo interesse do país os interesses dos grandes grupos financeiros e económicos.

Considerando por fim que, a cidade de Lisboa, inserida na Área Metropolitana tem a sua cota parte de responsabilidade, no combate às alterações climáticas, nomeadamente através da promoção e incentivo ao uso do transporte público, implementação de medidas de aumento da eficiência energética, criação de espaços verdes, entre outras.

*Neste sentido, a Assembleia Municipal de Lisboa delibera, na sequência da presente proposta dos eleitos do **Partido Ecologista «Os Verdes»**, recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que:*

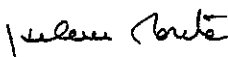
- 1 - Promova um plano local de acção para as alterações climáticas a nível municipal;*
- 2 - Defenda, promova e incentive o uso de transporte público e colectivo em detrimento do transporte individual;*
- 3 - Adopte, em todos os edifícios municipais, medidas no sentido da redução de desperdícios, de poupança e de eficiência energética;*
- 3 - Coopere com os restantes municípios da Área Metropolitana na aplicação de medidas conducentes ao combate às alterações climáticas, na adopção de campanhas de sensibilização, bem como para a necessidade de se adoptar um plano regional de acção para as alterações climáticas a nível metropolitano;*

Mais delibera a Assembleia Municipal de Lisboa:

- Dar conhecimento da presente deliberação à CML e aos restantes Municípios da Área Metropolitana de Lisboa.*

Com os melhores cumprimentos,

A Presidente



Helena Roseta

CV

Exmº Senhor
Dr. Carlos Manuel Lavrador de Jesus
Carreiras
M.I. Presidente da Câmara Municipal de
Cascais
Praça 5 de Outubro,
2754-501 Cascais

Sua referência

Sua data

Nossa referência
OF/1413/AML/13

Data
09-12-2013

Assunto: Sessão Assembleia Municipal de Lisboa de 26-11-2013 - Moção nº 14

Levo ao conhecimento de Vª Exª, que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua sessão de 26 de Novembro, aprovou por unanimidade uma Moção apresentada pelo Grupo Municipal do PEV, que abaixo se transcreve

“19ª Conferência das Partes (COP 19) – A urgência do combate às Alterações Climáticas”

O fenómeno das alterações climáticas é global, e tende a agravar-se como todos podemos constatar pelas catástrofes naturais que têm vindo a ser cada vez mais frequentes e devastadoras, como o foi o caso mais recente do tufão que assolou o território das Filipinas. Foi um dos mais fortes de que há registo, vitimou cerca de 5.209 pessoas, e deixou para trás um território completamente destruído. Outros fenómenos climáticos extremos como cheias e secas, também têm representado custos humanos e materiais elevados, em países com recursos financeiros escassos, enquanto a economia global continua a enfrentar uma crise de grandes proporções.

É cada vez mais urgente compreender como o Ambiente é estruturante, constituindo o palco principal onde a economia funciona e se desenvolve. Não é possível ultrapassar a actual crise num planeta cada vez mais depauperado, com a população em contínuo crescimento, quando a produção alimentar e as necessidades energéticas estão directamente relacionadas com o clima, os solos, a água, e dependente desse delicado equilíbrio.

A 19ª Conferência das Partes (COP 19) da Convenção das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas decorreu em Varsóvia de 11 a 23 de Novembro, tendo definido, como objectivo, preparar uma nova tentativa de acordo global a alcançar na reunião que terá lugar em Paris, em 2015. A partir de um conjunto de decisões tomadas em 2011, na COP17, em Durban, na África do Sul, os países presentes reafirmaram a sua vontade em ultrapassar o problema das alterações climáticas. Estas decisões foram reafirmadas no ano passado na COP18, em Doha, Qatar. Contudo, estas resoluções ainda estão para passar à acção, pois as emissões globais de gases de efeito de estufa continuam a empurrar o mundo para um aumento de temperatura de 4 graus Celsius até ao final deste século, em relação aos níveis de temperatura pré-industrial.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA

Proc. _____/____



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

LISBOA

PRESIDENTE

Em Varsóvia, mais uma vez se verificou que a falta de vontade política permanece como o maior obstáculo ao processo de negociações no quadro da Convenção das Nações Unidas para as Alterações Climáticas. É cada vez mais urgente que cada país enfrente a realidade das alterações climáticas, que demonstre liderança e, acima de tudo, vontade política para com os restantes países tentarem mudar o rumo actual do clima global. Em 2015 será necessário um acordo climático global, realizando-se até lá apenas mais duas reuniões entre as partes, sendo que o tempo começa a ser escasso, com todo o caminho difícil a percorrer até 2015, para atingir uma meta de redução de 20% das emissões na UE até 2020, em relação a 1990, meta praticamente atingida à custa da crise económica global e não de políticas activas de mitigação.

Mais uma vez, Portugal ficou classificado em 6º lugar (os três primeiros não foram atribuídos), no índice de performance climática dos países industrializados, quanto ao desempenho em relação às alterações climáticas, o que efectivamente está longe de ser o bom resultado que parece, pois pode indiciar à primeira vista que Portugal implementou com sucesso políticas e iniciativas de combate às alterações climáticas, nomeadamente, medidas de redução das emissões de dióxido de carbono e a nível energético, o que não corresponde de facto a essa realidade.

Realizando uma leitura mais profunda, pode-se verificar que este resultado é fundamentalmente obtido à custa da inactividade produtiva oriunda da crise e não da implementação de políticas alternativas de combate às alterações climáticas, tanto a nível energético como a outros níveis, que conduzam a uma redução eficiente das emissões de gases com efeito de estufa.

A este resultado atribuído a Portugal pesa ainda “favoravelmente” a ponderação dada às energias renováveis, que considera a grande hídrica, e nomeadamente o Programa Nacional de Barragens, cujos impactos ambientais são enormes e no qual não foi feita uma correcta e clara avaliação das suas implicações sobre as alterações climáticas. A leitura atenta dos resultados desta avaliação permite ainda verificar que, no que diz respeito à eficiência energética, que deveria ser um dos primeiros objectivos de investimento do país, os resultados deixam muito a desejar.

Não devemos, portanto, ficar satisfeitos com este resultado obtido por Portugal na referida avaliação, pois claramente se conclui que, fruto da gravidade da crise que o nosso país atravessa e da destruição total da produção nacional, as políticas nacionais tomadas ao nível energético estão longe de ir pelos caminhos que tragam mais e melhores resultados ambientais no quadro de um desenvolvimento sustentável do país.

Considerando que a crise ambiental global, da qual as alterações climáticas são um importante indicador, vem demonstrar que os modelos de produção e de consumo insustentáveis da sociedade devem ser alterados e que é urgente uma mudança de paradigma que garanta a implementação de um modelo sustentável global e justo, a nível ambiental, social e económico.

Considerando que os problemas do clima mundial só poderão ser resolvidos globalmente, assentes em compromissos, e alicerçados na vontade política dos diferentes Estados, no alcance de um objectivo comum, o do combate às alterações climáticas.

Considerando que a conferência em Varsóvia surge imediatamente após a divulgação da primeira parte do 5º relatório do Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas e que as previsões feitas por estudos portugueses, quanto aos impactos previstos para a região em que Portugal se insere (Mediterrâneo e Europa do Sul), e também presentes no referido relatório, apontam para que a subida do nível do mar é a principal preocupação para o nosso país.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
LISBOA
PRESIDENTE

Considerando que mais uma vez nos é apresentado um Orçamento de Estado que relega claramente as funções do Estado no que respeita à área do Ambiente, nomeadamente a obrigação da preservação e valorização do património ambiental, para um patamar de indignidade, tomando apenas como supremo interesse do país os interesses dos grandes grupos financeiros e económicos.

Considerando por fim que, a cidade de Lisboa, inserida na Área Metropolitana tem a sua cota parte de responsabilidade, no combate às alterações climáticas, nomeadamente através da promoção e incentivo ao uso do transporte público, implementação de medidas de aumento da eficiência energética, criação de espaços verdes, entre outras.

*Neste sentido, a Assembleia Municipal de Lisboa delibera, na sequência da presente proposta dos eleitos do **Partido Ecologista «Os Verdes»**, recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que:*

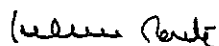
- 1 - Promova um plano local de acção para as alterações climáticas a nível municipal;*
- 2 - Defenda, promova e incentive o uso de transporte público e colectivo em detrimento do transporte individual;*
- 3 - Adopte, em todos os edifícios municipais, medidas no sentido da redução de desperdícios, de poupança e de eficiência energética;*
- 3 - Coopere com os restantes municípios da Área Metropolitana na aplicação de medidas conducentes ao combate às alterações climáticas, na adopção de campanhas de sensibilização, bem como para a necessidade de se adoptar um plano regional de acção para as alterações climáticas a nível metropolitano;*

Mais delibera a Assembleia Municipal de Lisboa:

- Dar conhecimento da presente deliberação à CML e aos restantes Municípios da Área Metropolitana de Lisboa.*

Com os melhores cumprimentos,

A Presidente



Helena Roseta

CV



ASSEMBLEIA MUNICIPAL
LISBOA

PRESIDENTE

Exmº Senhor
Dr. Carlos Humberto de Carvalho
M.I. Presidente da Câmara Municipal do
Barreiro
R. Miguel Bombarda
2830-355 Barreiro

Sua referência

Sua data

Nossa referência

OF/1412/AML/13

Data

09-12-2013

Assunto: Sessão Assembleia Municipal de Lisboa de 26-11-2013 - Moção nº 14

Levo ao conhecimento de Vª Exª, que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua sessão de 26 de Novembro, aprovou por unanimidade uma Moção apresentada pelo Grupo Municipal do PEV, que abaixo se transcreve

“19ª Conferência das Partes (COP 19) – A urgência do combate às Alterações Climáticas”

O fenómeno das alterações climáticas é global, e tende a agravar-se como todos podemos constatar pelas catástrofes naturais que têm vindo a ser cada vez mais frequentes e devastadoras, como o foi o caso mais recente do tufão que assolou o território das Filipinas. Foi um dos mais fortes de que há registo, vitimou cerca de 5.209 pessoas, e deixou para trás um território completamente destruído. Outros fenómenos climáticos extremos como cheias e secas, também têm representado custos humanos e materiais elevados, em países com recursos financeiros escassos, enquanto a economia global continua a enfrentar uma crise de grandes proporções.

É cada vez mais urgente compreender como o Ambiente é estruturante, constituindo o palco principal onde a economia funciona e se desenvolve. Não é possível ultrapassar a actual crise num planeta cada vez mais depauperado, com a população em contínuo crescimento, quando a produção alimentar e as necessidades energéticas estão directamente relacionadas com o clima, os solos, a água, e dependente desse delicado equilíbrio.

A 19ª Conferência das Partes (COP 19) da Convenção das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas decorreu em Varsóvia de 11 a 23 de Novembro, tendo definido, como objectivo, preparar uma nova tentativa de acordo global a alcançar na reunião que terá lugar em Paris, em 2015. A partir de um conjunto de decisões tomadas em 2011, na COP17, em Durban, na África do Sul, os países presentes reafirmaram a sua vontade em ultrapassar o problema das alterações climáticas. Estas decisões foram reafirmadas no ano passado na COP18, em Doha, Qatar. Contudo, estas resoluções ainda estão para passar à acção, pois as emissões globais de gases de efeito de estufa continuam a empurrar o mundo para um aumento de temperatura de 4 graus Celsius até ao final deste século, em relação aos níveis de temperatura pré-industrial.

Em Varsóvia, mais uma vez se verificou que a falta de vontade política é um obstáculo ao processo de negociações no quadro da Convenção das Nações Unidas para as

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA
Proc. 16/SG/DAOSM/GAAM/14
ENT. 02/01/2014
mes



ASSEMBLEIA MUNICIPAL
LISBOA

PPRESIDENTE

Alterações Climáticas. É cada vez mais urgente que cada país enfrente a realidade das alterações climáticas, que demonstre liderança e, acima de tudo, vontade política para com os restantes países tentarem mudar o rumo actual do clima global. Em 2015 será necessário um acordo climático global, realizando-se até lá apenas mais duas reuniões entre as partes, sendo que o tempo começa a ser escasso, com todo o caminho difícil a percorrer até 2015, para atingir uma meta de redução de 20% das emissões na UE até 2020, em relação a 1990, meta praticamente atingida à custa da crise económica global e não de políticas activas de mitigação.

Mais uma vez, Portugal ficou classificado em 6º lugar (os três primeiros não foram atribuídos), no índice de performance climática dos países industrializados, quanto ao desempenho em relação às alterações climáticas, o que efectivamente está longe de ser o bom resultado que parece, pois pode indiciar à primeira vista que Portugal implementou com sucesso políticas e iniciativas de combate às alterações climáticas, nomeadamente, medidas de redução das emissões de dióxido de carbono e a nível energético, o que não corresponde de facto a essa realidade.

Realizando uma leitura mais profunda, pode-se verificar que este resultado é fundamentalmente obtido à custa da inactividade produtiva oriunda da crise e não da implementação de políticas alternativas de combate às alterações climáticas, tanto a nível energético como a outros níveis, que conduzam a uma redução eficiente das emissões de gases com efeito de estufa.

A este resultado atribuído a Portugal pesa ainda “favoravelmente” a ponderação dada às energias renováveis, que considera a grande hídrica, e nomeadamente o Programa Nacional de Barragens, cujos impactos ambientais são enormes e no qual não foi feita uma correcta e clara avaliação das suas implicações sobre as alterações climáticas. A leitura atenta dos resultados desta avaliação permite ainda verificar que, no que diz respeito à eficiência energética, que deveria ser um dos primeiros objectivos de investimento do país, os resultados deixam muito a desejar.

Não devemos, portanto, ficar satisfeitos com este resultado obtido por Portugal na referida avaliação, pois claramente se conclui que, fruto da gravidade da crise que o nosso país atravessa e da destruição total da produção nacional, as políticas nacionais tomadas ao nível energético estão longe de ir pelos caminhos que tragam mais e melhores resultados ambientais no quadro de um desenvolvimento sustentável do país.

Considerando que a crise ambiental global, da qual as alterações climáticas são um importante indicador, vem demonstrar que os modelos de produção e de consumo insustentáveis da sociedade devem ser alterados e que é urgente uma mudança de paradigma que garanta a implementação de um modelo sustentável global e justo, a nível ambiental, social e económico.

Considerando que os problemas do clima mundial só poderão ser resolvidos globalmente, assentes em compromissos, e alicerçados na vontade política dos diferentes Estados, no alcance de um objectivo comum, o do combate às alterações climáticas.

Considerando que a conferência em Varsóvia surge imediatamente após a divulgação da primeira parte do 5º relatório do Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas e que as previsões feitas por estudos portugueses, quanto aos impactos previstos para a região em que Portugal se insere (Mediterrâneo e Europa do Sul), e também presentes no referido relatório, apontam para que a subida do nível do mar é a principal preocupação para o nosso país.

Considerando que mais uma vez nos é apresentado um Orçamento de Estado que relega claramente as funções do Estado no que respeita à área do Ambiente, nomeadamente a obrigação da preservação e valorização do património ambiental, para um patamar de indignidade, tomando apenas como supremo interesse do país os interesses dos grandes grupos financeiros e económicos.

Considerando por fim que, a cidade de Lisboa, inserida na Área Metropolitana tem a sua cota parte de responsabilidade, no combate às alterações climáticas, nomeadamente através da promoção e incentivo ao uso do transporte público, implementação de medidas de aumento da eficiência energética, criação de espaços verdes, entre outras.

*Neste sentido, a Assembleia Municipal de Lisboa delibera, na sequência da presente proposta dos eleitos do **Partido Ecologista «Os Verdes»**, recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que:*

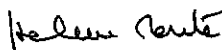
- 1 - Promova um plano local de acção para as alterações climáticas a nível municipal;*
- 2 - Defenda, promova e incentive o uso de transporte público e colectivo em detrimento do transporte individual;*
- 3 - Adapte, em todos os edifícios municipais, medidas no sentido da redução de desperdícios, de poupança e de eficiência energética;*
- 3 - Coopere com os restantes municípios da Área Metropolitana na aplicação de medidas conducentes ao combate às alterações climáticas, na adopção de campanhas de sensibilização, bem como para a necessidade de se adoptar um plano regional de acção para as alterações climáticas a nível metropolitano;*

Mais delibera a Assembleia Municipal de Lisboa:

- Dar conhecimento da presente deliberação à CML e aos restantes Municípios da Área Metropolitana de Lisboa.*

Com os melhores cumprimentos,

A Presidente



Helena Roseta

CV

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
LISBOA
PRESIDENTE

Exm^a Senhora
Drª Carla Maria Nunes Tavares
M.I. Presidente da Câmara Municipal da
Amadora
Avenida do Movimento das Forças
Armadas,
2700-595 Amadora

Sua referência

Sua data

Nossa referência
OF/1411/AML/13

Data
09-12-2013

Assunto: Sessão Assembleia Municipal de Lisboa de 26-11-2013 - Moção nº 14

Levo ao conhecimento de V^a Exª, que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua sessão de 26 de Novembro, aprovou por unanimidade uma Moção apresentada pelo Grupo Municipal do PEV, que abaixo se transcreve

“19ª Conferência das Partes (COP 19) – A urgência do combate às Alterações Climáticas”

O fenómeno das alterações climáticas é global, e tende a agravar-se como todos podemos constatar pelas catástrofes naturais que têm vindo a ser cada vez mais frequentes e devastadoras, como o foi o caso mais recente do tufão que assolou o território das Filipinas. Foi um dos mais fortes de que há registo, vitimou cerca de 5.209 pessoas, e deixou para trás um território completamente destruído. Outros fenómenos climáticos extremos como cheias e secas, também têm representado custos humanos e materiais elevados, em países com recursos financeiros escassos, enquanto a economia global continua a enfrentar uma crise de grandes proporções.

É cada vez mais urgente compreender como o Ambiente é estruturante, constituindo o palco principal onde a economia funciona e se desenvolve. Não é possível ultrapassar a actual crise num planeta cada vez mais depauperado, com a população em contínuo crescimento, quando a produção alimentar e as necessidades energéticas estão directamente relacionadas com o clima, os solos, a água, e dependente desse delicado equilíbrio.

A 19ª Conferência das Partes (COP 19) da Convenção das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas decorreu em Varsóvia de 11 a 23 de Novembro, tendo definido, como objectivo, preparar uma nova tentativa de acordo global a alcançar na reunião que terá lugar em Paris, em 2015. A partir de um conjunto de decisões tomadas em 2011, na COP17, em Durban, na África do Sul, os países presentes reafirmaram a sua vontade em ultrapassar o problema das alterações climáticas. Estas decisões foram reafirmadas no ano passado na COP18, em Doha, Qatar. Contudo, estas resoluções ainda estão para passar à acção, pois as emissões globais de gases de efeito de estufa continuam a empurrar o mundo para um aumento de temperatura de 4 graus Celsius até ao final deste século, em relação aos níveis de temperatura pré-industrial.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA

Proc. _____ / _____

Av. de Roma, 14--P, 2º 1000-265 Lisboa | tel. 218 170 401 | fax: 218 171 275 | E-mail: aml@cm-lisboa.pt **END 2013/S/G/DAOSM/GAAM/13**

DATA **20/12/2013**

1408



ASSEMBLEIA MUNICIPAL
LISBOA

PRESIDENTE

Em Varsóvia, mais uma vez se verificou que a falta de vontade política permanece como o maior obstáculo ao processo de negociações no quadro da Convenção das Nações Unidas para as Alterações Climáticas. É cada vez mais urgente que cada país enfrente a realidade das alterações climáticas, que demonstre liderança e, acima de tudo, vontade política para com os restantes países tentarem mudar o rumo actual do clima global. Em 2015 será necessário um acordo climático global, realizando-se até lá apenas mais duas reuniões entre as partes, sendo que o tempo começa a ser escasso, com todo o caminho difícil a percorrer até 2015, para atingir uma meta de redução de 20% das emissões na UE até 2020, em relação a 1990, meta praticamente atingida à custa da crise económica global e não de políticas activas de mitigação.

Mais uma vez, Portugal ficou classificado em 6º lugar (os três primeiros não foram atribuídos), no índice de performance climática dos países industrializados, quanto ao desempenho em relação às alterações climáticas, o que efectivamente está longe de ser o bom resultado que parece, pois pode indiciar à primeira vista que Portugal implementou com sucesso políticas e iniciativas de combate às alterações climáticas, nomeadamente, medidas de redução das emissões de dióxido de carbono e a nível energético, o que não corresponde de facto a essa realidade.

Realizando uma leitura mais profunda, pode-se verificar que este resultado é fundamentalmente obtido à custa da inactividade produtiva oriunda da crise e não da implementação de políticas alternativas de combate às alterações climáticas, tanto a nível energético como a outros níveis, que conduzam a uma redução eficiente das emissões de gases com efeito de estufa.

A este resultado atribuído a Portugal pesa ainda "favoravelmente" a ponderação dada às energias renováveis, que considera a grande hídrica, e nomeadamente o Programa Nacional de Barragens, cujos impactos ambientais são enormes e no qual não foi feita uma correcta e clara avaliação das suas implicações sobre as alterações climáticas. A leitura atenta dos resultados desta avaliação permite ainda verificar que, no que diz respeito à eficiência energética, que deveria ser um dos primeiros objectivos de investimento do país, os resultados deixam muito a desejar.

Não devemos, portanto, ficar satisfeitos com este resultado obtido por Portugal na referida avaliação, pois claramente se conclui que, fruto da gravidade da crise que o nosso país atravessa e da destruição total da produção nacional, as políticas nacionais tomadas ao nível energético estão longe de ir pelos caminhos que tragam mais e melhores resultados ambientais no quadro de um desenvolvimento sustentável do país.

Considerando que a crise ambiental global, da qual as alterações climáticas são um importante indicador, vem demonstrar que os modelos de produção e de consumo insustentáveis da sociedade devem ser alterados e que é urgente uma mudança de paradigma que garanta a implementação de um modelo sustentável global e justo, a nível ambiental, social e económico.

Considerando que os problemas do clima mundial só poderão ser resolvidos globalmente, assentes em compromissos, e alicerçados na vontade política dos diferentes Estados, no alcance de um objectivo comum, o do combate às alterações climáticas.

Considerando que a conferência em Varsóvia surge imediatamente após a divulgação da primeira parte do 5º relatório do Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas e que as previsões feitas por estudos portugueses, quanto aos impactos previstos para a região em que Portugal se insere (Mediterrâneo e Europa do Sul), e também presentes no referido relatório, apontam para que a subida do nível do mar é a principal preocupação para o nosso país.

Considerando que mais uma vez nos é apresentado um Orçamento de Estado que relega claramente as funções do Estado no que respeita à área do Ambiente, nomeadamente a obrigação da preservação e valorização do património ambiental, para um patamar de indignidade, tomando apenas como supremo interesse do país os interesses dos grandes grupos financeiros e económicos.

Considerando por fim que, a cidade de Lisboa, inserida na Área Metropolitana tem a sua cota parte de responsabilidade, no combate às alterações climáticas, nomeadamente através da promoção e incentivo ao uso do transporte público, implementação de medidas de aumento da eficiência energética, criação de espaços verdes, entre outras.

*Neste sentido, a Assembleia Municipal de Lisboa delibera, na sequência da presente proposta dos eleitos do **Partido Ecologista «Os Verdes»**, recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que:*

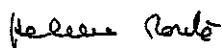
- 1 - Promova um plano local de acção para as alterações climáticas a nível municipal;*
- 2 - Defenda, promova e incentive o uso de transporte público e colectivo em detrimento do transporte individual;*
- 3 - Adapte, em todos os edifícios municipais, medidas no sentido da redução de desperdícios, de poupança e de eficiência energética;*
- 3 - Coopere com os restantes municípios da Área Metropolitana na aplicação de medidas conducentes ao combate às alterações climáticas, na adopção de campanhas de sensibilização, bem como para a necessidade de se adoptar um plano regional de acção para as alterações climáticas a nível metropolitano;*

Mais delibera a Assembleia Municipal de Lisboa:

- Dar conhecimento da presente deliberação à CML e aos restantes Municípios da Área Metropolitana de Lisboa.*

Com os melhores cumprimentos,

A Presidente



Helena Roseta

CV

Exmº Senhor
Dr. Joaquim Estêvão Miguel Judas
M.I. Presidente da Câmara Municipal de
Almada
Lgo. Luís de Camões
2800 - 158 Almada

Sua referência

Sua data

Nossa referência

OF/1410/AML/13

Data

09-12-2013

Assunto: Sessão Assembleia Municipal de Lisboa de 26-11-2013 - Moção nº 14

Levo ao conhecimento de Vª Exª, que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua sessão de 26 de Novembro, aprovou por unanimidade uma Moção apresentada pelo Grupo Municipal do PEV, que abaixo se transcreve

“19ª Conferência das Partes (COP 19) – A urgência do combate às Alterações Climáticas”

O fenómeno das alterações climáticas é global, e tende a agravar-se como todos podemos constatar pelas catástrofes naturais que têm vindo a ser cada vez mais frequentes e devastadoras, como o foi o caso mais recente do tufão que assolou o território das Filipinas. Foi um dos mais fortes de que há registo, vitimou cerca de 5.209 pessoas, e deixou para trás um território completamente destruído. Outros fenómenos climáticos extremos como cheias e secas, também têm representado custos humanos e materiais elevados, em países com recursos financeiros escassos, enquanto a economia global continua a enfrentar uma crise de grandes proporções.

É cada vez mais urgente compreender como o Ambiente é estruturante, constituindo o palco principal onde a economia funciona e se desenvolve. Não é possível ultrapassar a actual crise num planeta cada vez mais depauperado, com a população em contínuo crescimento, quando a produção alimentar e as necessidades energéticas estão directamente relacionadas com o clima, os solos, a água, e dependente desse delicado equilíbrio.

A 19ª Conferência das Partes (COP 19) da Convenção das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas decorreu em Varsóvia de 11 a 23 de Novembro, tendo definido, como objectivo, preparar uma nova tentativa de acordo global a alcançar na reunião que terá lugar em Paris, em 2015. A partir de um conjunto de decisões tomadas em 2011, na COP17, em Durban, na África do Sul, os países presentes reafirmaram a sua vontade em ultrapassar o problema das alterações climáticas. Estas decisões foram reafirmadas no ano passado na COP18, em Doha, Qatar. Contudo, estas resoluções ainda estão para passar à acção, pois as emissões globais de gases de efeito de estufa continuam a empurrar o mundo para um aumento de temperatura de 4 graus Celsius até ao final deste século, em relação aos níveis de temperatura pré-industrial.

Em Varsóvia, mais uma vez se verificou que a falta de vontade política permanece como o principal obstáculo ao processo de negociações no quadro da Convenção das Nações Unidas para as

Alterações Climáticas. É cada vez mais urgente que cada país enfrente a realidade das alterações climáticas, que demonstre liderança e, acima de tudo, vontade política para com os restantes países tentarem mudar o rumo actual do clima global. Em 2015 será necessário um acordo climático global, realizando-se até lá apenas mais duas reuniões entre as partes, sendo que o tempo começa a ser escasso, com todo o caminho difícil a percorrer até 2015, para atingir uma meta de redução de 20% das emissões na UE até 2020, em relação a 1990, meta praticamente atingida à custa da crise económica global e não de políticas activas de mitigação.

Mais uma vez, Portugal ficou classificado em 6º lugar (os três primeiros não foram atribuídos), no índice de performance climática dos países industrializados, quanto ao desempenho em relação às alterações climáticas, o que efectivamente está longe de ser o bom resultado que parece, pois pode indiciar à primeira vista que Portugal implementou com sucesso políticas e iniciativas de combate às alterações climáticas, nomeadamente, medidas de redução das emissões de dióxido de carbono e a nível energético, o que não corresponde de facto a essa realidade.

Realizando uma leitura mais profunda, pode-se verificar que este resultado é fundamentalmente obtido à custa da inactividade produtiva oriunda da crise e não da implementação de políticas alternativas de combate às alterações climáticas, tanto a nível energético como a outros níveis, que conduzam a uma redução eficiente das emissões de gases com efeito de estufa.

A este resultado atribuído a Portugal pesa ainda “favoravelmente” a ponderação dada às energias renováveis, que considera a grande hídrica, e nomeadamente o Programa Nacional de Barragens, cujos impactos ambientais são enormes e no qual não foi feita uma correcta e clara avaliação das suas implicações sobre as alterações climáticas. A leitura atenta dos resultados desta avaliação permite ainda verificar que, no que diz respeito à eficiência energética, que deveria ser um dos primeiros objectivos de investimento do país, os resultados deixam muito a desejar.

Não devemos, portanto, ficar satisfeitos com este resultado obtido por Portugal na referida avaliação, pois claramente se conclui que, fruto da gravidade da crise que o nosso país atravessa e da destruição total da produção nacional, as políticas nacionais tomadas ao nível energético estão longe de ir pelos caminhos que tragam mais e melhores resultados ambientais no quadro de um desenvolvimento sustentável do país.

Considerando que a crise ambiental global, da qual as alterações climáticas são um importante indicador, vem demonstrar que os modelos de produção e de consumo insustentáveis da sociedade devem ser alterados e que é urgente uma mudança de paradigma que garanta a implementação de um modelo sustentável global e justo, a nível ambiental, social e económico.

Considerando que os problemas do clima mundial só poderão ser resolvidos globalmente, assentes em compromissos, e alicerçados na vontade política dos diferentes Estados, no alcance de um objectivo comum, o do combate às alterações climáticas.

Considerando que a conferência em Varsóvia surge imediatamente após a divulgação da primeira parte do 5º relatório do Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas e que as previsões feitas por estudos portugueses, quanto aos impactos previstos para a região em que Portugal se insere (Mediterrâneo e Europa do Sul), e também presentes no referido relatório, apontam para que a subida do nível do mar é a principal preocupação para o nosso país.

Considerando que mais uma vez nos é apresentado um Orçamento de Estado que relega claramente as funções do Estado no que respeita à área do Ambiente, nomeadamente a obrigação da preservação e valorização do património ambiental, para um patamar de indignidade, tomando apenas como supremo interesse do país os interesses dos grandes grupos financeiros e económicos.

Considerando por fim que, a cidade de Lisboa, inserida na Área Metropolitana tem a sua cota parte de responsabilidade, no combate às alterações climáticas, nomeadamente através da promoção e incentivo ao uso do transporte público, implementação de medidas de aumento da eficiência energética, criação de espaços verdes, entre outras.

*Neste sentido, a Assembleia Municipal de Lisboa delibera, na sequência da presente proposta dos eleitos do **Partido Ecologista «Os Verdes»**, recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que:*

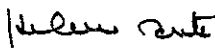
- 1 - Promova um plano local de acção para as alterações climáticas a nível municipal;*
- 2 - Defenda, promova e incentive o uso de transporte público e colectivo em detrimento do transporte individual;*
- 3 - Adopte, em todos os edifícios municipais, medidas no sentido da redução de desperdícios, de poupança e de eficiência energética;*
- 3 - Coopere com os restantes municípios da Área Metropolitana na aplicação de medidas conducentes ao combate às alterações climáticas, na adopção de campanhas de sensibilização, bem como para a necessidade de se adoptar um plano regional de acção para as alterações climáticas a nível metropolitano;*

Mais delibera a Assembleia Municipal de Lisboa:

- Dar conhecimento da presente deliberação à CML e aos restantes Municípios da Área Metropolitana de Lisboa.*

Com os melhores cumprimentos,

A Presidente



Helena Roseta

CV

Exmº Senhor
Dr. Luís Miguel Carraça Franco
M.I. Presidente da Câmara Municipal de
Alcochete
Largo de São João,
2894-001 Alcochete

Sua referência

Sua data

Nossa referência
OF/1409/AML/13

Data
09-12-2013

Assunto: Sessão Assembleia Municipal de Lisboa de 26-11-2013 - Moção nº 14

Levo ao conhecimento de Vª Exª, que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua sessão de 26 de Novembro, aprovou por unanimidade uma Moção apresentada pelo Grupo Municipal do PEV, que abaixo se transcreve

“19ª Conferência das Partes (COP 19) – A urgência do combate às Alterações Climáticas”

O fenómeno das alterações climáticas é global, e tende a agravar-se como todos podemos constatar pelas catástrofes naturais que têm vindo a ser cada vez mais frequentes e devastadoras, como o foi o caso mais recente do tufão que assolou o território das Filipinas. Foi um dos mais fortes de que há registo, vitimou cerca de 5.209 pessoas, e deixou para trás um território completamente destruído. Outros fenómenos climáticos extremos como cheias e secas, também têm representado custos humanos e materiais elevados, em países com recursos financeiros escassos, enquanto a economia global continua a enfrentar uma crise de grandes proporções.

É cada vez mais urgente compreender como o Ambiente é estruturante, constituindo o palco principal onde a economia funciona e se desenvolve. Não é possível ultrapassar a actual crise num planeta cada vez mais depauperado, com a população em contínuo crescimento, quando a produção alimentar e as necessidades energéticas estão directamente relacionadas com o clima, os solos, a água, e dependente desse delicado equilíbrio.

A 19ª Conferência das Partes (COP 19) da Convenção das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas decorreu em Varsóvia de 11 a 23 de Novembro, tendo definido, como objectivo, preparar uma nova tentativa de acordo global a alcançar na reunião que terá lugar em Paris, em 2015. A partir de um conjunto de decisões tomadas em 2011, na COP17, em Durban, na África do Sul, os países presentes reafirmaram a sua vontade em ultrapassar o problema das alterações climáticas. Estas decisões foram reafirmadas no ano passado na COP18, em Doha, Qatar. Contudo, estas resoluções ainda estão para passar à acção, pois as emissões globais de gases de efeito de estufa continuam a empurrar o mundo para um aumento de temperatura de 4 graus Celsius até ao final deste século, em relação aos níveis de temperatura pré-industrial.

Em Varsóvia, mais uma vez se verificou que a falta de vontade política por parte dos Estados é o maior obstáculo ao processo de negociações no quadro da Convenção das Nações Unidas para as

Alterações Climáticas. É cada vez mais urgente que cada país enfrente a realidade das alterações climáticas, que demonstre liderança e, acima de tudo, vontade política para com os restantes países tentarem mudar o rumo actual do clima global. Em 2015 será necessário um acordo climático global, realizando-se até lá apenas mais duas reuniões entre as partes, sendo que o tempo começa a ser escasso, com todo o caminho difícil a percorrer até 2015, para atingir uma meta de redução de 20% das emissões na UE até 2020, em relação a 1990, meta praticamente atingida à custa da crise económica global e não de políticas activas de mitigação.

Mais uma vez, Portugal ficou classificado em 6º lugar (os três primeiros não foram atribuídos), no índice de performance climática dos países industrializados, quanto ao desempenho em relação às alterações climáticas, o que efectivamente está longe de ser o bom resultado que parece, pois pode indiciar à primeira vista que Portugal implementou com sucesso políticas e iniciativas de combate às alterações climáticas, nomeadamente, medidas de redução das emissões de dióxido de carbono e a nível energético, o que não corresponde de facto a essa realidade.

Realizando uma leitura mais profunda, pode-se verificar que este resultado é fundamentalmente obtido à custa da inactividade produtiva oriunda da crise e não da implementação de políticas alternativas de combate às alterações climáticas, tanto a nível energético como a outros níveis, que conduzam a uma redução eficiente das emissões de gases com efeito de estufa.

A este resultado atribuído a Portugal pesa ainda “favoravelmente” a ponderação dada às energias renováveis, que considera a grande hídrica, e nomeadamente o Programa Nacional de Barragens, cujos impactos ambientais são enormes e no qual não foi feita uma correcta e clara avaliação das suas implicações sobre as alterações climáticas. A leitura atenta dos resultados desta avaliação permite ainda verificar que, no que diz respeito à eficiência energética, que deveria ser um dos primeiros objectivos de investimento do país, os resultados deixam muito a desejar.

Não devemos, portanto, ficar satisfeitos com este resultado obtido por Portugal na referida avaliação, pois claramente se conclui que, fruto da gravidade da crise que o nosso país atravessa e da destruição total da produção nacional, as políticas nacionais tomadas ao nível energético estão longe de ir pelos caminhos que tragam mais e melhores resultados ambientais no quadro de um desenvolvimento sustentável do país.

Considerando que a crise ambiental global, da qual as alterações climáticas são um importante indicador, vem demonstrar que os modelos de produção e de consumo insustentáveis da sociedade devem ser alterados e que é urgente uma mudança de paradigma que garanta a implementação de um modelo sustentável global e justo, a nível ambiental, social e económico.

Considerando que os problemas do clima mundial só poderão ser resolvidos globalmente, assentes em compromissos, e alicerçados na vontade política dos diferentes Estados, no alcance de um objectivo comum, o do combate às alterações climáticas.

Considerando que a conferência em Varsóvia surge imediatamente após a divulgação da primeira parte do 5º relatório do Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas e que as previsões feitas por estudos portugueses, quanto aos impactos previstos para a região em que Portugal se insere (Mediterrâneo e Europa do Sul), e também presentes no referido relatório, apontam para que a subida do nível do mar é a principal preocupação para o nosso país.

Considerando que mais uma vez nos é apresentado um Orçamento de Estado que relega claramente as funções do Estado no que respeita à área do Ambiente, nomeadamente a obrigação da preservação e valorização do património ambiental, para um patamar de indignidade, tomando apenas como supremo interesse do país os interesses dos grandes grupos financeiros e económicos.

Considerando por fim que, a cidade de Lisboa, inserida na Área Metropolitana tem a sua cota parte de responsabilidade, no combate às alterações climáticas, nomeadamente através da promoção e incentivo ao uso do transporte público, implementação de medidas de aumento da eficiência energética, criação de espaços verdes, entre outras.

*Neste sentido, a Assembleia Municipal de Lisboa delibera, na sequência da presente proposta dos eleitos do **Partido Ecologista «Os Verdes»**, recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que:*

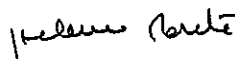
- 1 - Promova um plano local de acção para as alterações climáticas a nível municipal;*
- 2 - Defenda, promova e incentive o uso de transporte público e colectivo em detrimento do transporte individual;*
- 3 - Adopte, em todos os edifícios municipais, medidas no sentido da redução de desperdícios, de poupança e de eficiência energética;*
- 3 - Coopere com os restantes municípios da Área Metropolitana na aplicação de medidas conducentes ao combate às alterações climáticas, na adopção de campanhas de sensibilização, bem como para a necessidade de se adoptar um plano regional de acção para as alterações climáticas a nível metropolitano;*

Mais delibera a Assembleia Municipal de Lisboa:

- Dar conhecimento da presente deliberação à CML e aos restantes Municípios da Área Metropolitana de Lisboa.*

Com os melhores cumprimentos,

A Presidente



Helena Roseta

CV